



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GLOBALIZAÇÃO: O BRASIL ESTÁ NO JOGO

MÁRCIA MAGALHÃES MELO

FORTALEZA (CE), MARÇO DE 1999

GLOBALIZAÇÃO : O BRASIL ESTÁ NO JOGO

MÁRCIA MAGALHÃES MELO

Orientadora: Prof^a Maria Goretti Serpa Braga

**Monografia apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e
Contabilidade, para obtenção do
grau de Bacharel em Economia.**

FORTALEZA – CE

1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

<hr/> <p>MÁRCIA MAGALHÃES MELO</p> <p>Nome da Aluno(a)</p>	<p>Média</p> <hr/>
<hr/> <p>Prof.(a): MARIA GORETTI SERPA BRAGA</p> <p>Prof. Orientador</p>	<p>Nota</p> <hr/>
<hr/> <p>Prof.(a): EWRIPEDYS EWBANK ROCHA</p> <p>Membro da Banca Examinadora</p>	<p>Nota</p> <hr/>
<hr/> <p>Prof.(a): RAUL DOS SANTOS FILHO</p> <p>Membro da Banca Examinadora</p>	<p>Nota</p> <hr/>

Monografia aprovada em _____ de Março de 1999.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a **DEUS** por ter me concedido saúde e força para prosseguir na caminhada rumo a meus objetivos.

Aos **meus pais, Luciano D. Melo e Ana M^a Magalhães Melo**, por toda dedicação, ajuda e compreensão durante toda minha vida. Agradeço especialmente pela grande ajuda na realização deste trabalho.

À professora **Maria Goretti Serpa** por todo apoio e dedicação dispensados na orientação deste trabalho.

Aos professores **Ewripedys Ewbank Rocha e Raul dos Santos Filho** por fazerem parte da banca examinadora.

Sumário

Lista de Tabelas	I
Lista de Gráficos	II
Resumo	III
Introdução	1
Capítulo 1 – Uma Abordagem Histórica do Processo de Globalização	
1.1 – Introdução	4
1.2 – Alternância entre Abertura e Fechamento dos Mercados no Desenvolvimento do Capitalismo	4
1.3 – A Grande Depressão (1873 a 1896)	6
1.4 - O Nascimento do Capitalismo Monopolista e a Superação da Crise	8
1.5 - O Surgimento da Grande Empresa Capitalista Moderna	10
1.6 - A Superação da Crise de 1929 pelo Estado de Bem-Estar	15
1.7 - A Internacionalização da Produção com o Surgimento das Transnacionais	17
1.8 - Imperialismo: o Estado a Serviço do Capital Monopolista	19
1.9 - Etapa Atual da Globalização e a Reestruturação Produtiva	22
1.10 - Notas Conclusivas	26
Capítulo 2 – O Processo de Globalização no Brasil	
2.1 – Introdução	28
2.2 - Influência do Cenário Externo na Formação da Crise dos Anos 80 no Brasil	28
2.3 - A “Década Perdida” e suas Conseqüências para a Economia Brasileira	29
2.4 - Abertura Comercial e Reestruturação Produtiva nos Anos 90: uma Tentativa de Inserção na Economia Mundial	32
2.5 - Ambiente Macroeconômico	36
2.6 - Desempenho da Balança Comercial	39
2.7 - Desempenho do Balanço de Pagamentos	41
2.8 - Desempenho do Produto Interno Bruto (PIB)	43

2.9 - Investimentos Diretos Externos (IED)	46
2.10 - Privatizações	49
2.11 - Emprego	50
2.12 - Notas Conclusivas	55

Capítulo 3 – O Brasil no Contexto da Globalização Financeira e das Recentes Crises

Capitalistas

3.1 – Introdução	56
3.2 - A Globalização dos Mercados Financeiros Mundiais	56
3.3 - O Processo de Globalização Financeira no Brasil	59
3.4 - A Crise Asiática e seus Impactos sobre a Economia Brasileira	63
3.5 - Perspectivas para a Economia Brasileira	66
3.6 - Notas Conclusivas	69

Conclusão	70
------------------	----

Bibliografia	72
---------------------	----

Lista de Tabelas

Tabela 2.1 – Participação do Brasil no Comércio Mundial	40
Tabela 2.2 – Desempenho das Exportações Países Selecionados 1990-1996	41
Tabela 2.3 – Balança Comercial Brasileira	41
Tabela 2.4 – Balanço de Pagamentos - Itens Selecionados e Correlações	42
Tabela 2.5 – Produto Interno Bruto (PIB) - Total e Por Setor	44
Tabela 2.6 – Composição da Poupança a Preços Correntes em % do PIB	45
Tabela 2.7 – Principais Países Receptores de Investimento Direto Estrangeiro	47
Tabela 3.1 – Fluxos de Investimentos Externos em Portfólio	60

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1 – Evolução da Taxa de Câmbio Real	38
Gráfico 2.2 – Produto Interno Bruto - Crescimento Percentual	44
Gráfico 2.3 – Participação do Brasil nos Fluxos Mundiais de Investimentos Diretos Estrangeiros	48
Gráfico 2.4 – Índice de Evolução do Emprego: Total das Atividades e da Indústria de Transformação	51
Gráfico 2.5 – Evolução do Grau de Informalização com Base na Média Móvel Trimestral das Seis Áreas Metropolitanas	52
Gráfico 2.6 – Evolução da Taxa de Desemprego Aberto - Média das Seis Áreas Metropolitanas	53
Gráfico 2.7 – Participação do Brasil no Desemprego Mundial	54
Gráfico 3.1 – Transações Internacionais em Títulos	59

Resumo

O processo de “mundialização”, de criação de uma “economia mundial”, planetária, vem sendo impulsionado pela crescente desregulamentação das economias, pela abertura e modernização dos mercados financeiros e pela dinamização das relações internacionais, devida às constantes inovações tecnológicas, especialmente nos ramos de telecomunicações e informática.

A inserção do Brasil na “economia mundial”, iniciada em meados da década de 80, ocorreu por meio da abertura comercial do país e, talvez, principalmente através da desregulamentação de seu mercado financeiro.

Além de ter que adaptar-se às transformações de ordem internacional, o Brasil tem enfrentado outro grande desafio, o processo de estabilização econômica. Ambos têm afetado significativamente a economia brasileira e seu desempenho, gerando, por sua vez, novos desafios como a reestruturação produtiva, o processo de fusões, aquisições e privatizações das empresas nacionais, a elevação do déficit público, a deterioração das contas externas, o grande problema do desemprego, etc. Tudo isso, aliado a políticas econômicas ineficazes, tem desenhado o cenário da economia brasileira globalizada.

Introdução

O mundo vem passando, ao longo deste século, por um processo cada vez mais veloz de transformações. Cientistas, estudiosos, leigos, todos falam em globalização, internacionalização, mundialização da economia. Apesar de nem todos saberem exatamente o que esses termos significam, todos sentem seus efeitos.

A interdependência entre países e mercados é uma realidade. Cada vez mais podemos verificar a existência de uma comunidade global, de uma economia mundial.

Decisões econômicas tomadas em um país refletem-se instantaneamente em outro. Exemplo mais concreto disso foi o “efeito dominó” ocorrido em outubro de 1997 nas bolsas de valores de todo o mundo, inclusive no Brasil, como reflexo da queda na bolsa de Hong-Kong.

A globalização, a serviço da hegemonia absoluta do capital, desregulamenta os mercados mundiais. Barreiras econômicas vêm sendo derrubadas e tem havido uma aceleração no comércio mundial devido à criação de novos mercados.

As mudanças, cada vez mais rápidas, que ocorrem no mundo atual e que nos levam na direção de uma civilização planetária são frutos da Revolução Científico-Tecnológica iniciada na década de 1970. O desenvolvimento de altas tecnologias, principalmente as ligadas à informação, como informática, microeletrônica e telecomunicações, tem reduzido os custos com infra-estrutura e dinamizado as relações internacionais.

A evolução das forças produtivas decorre do novo papel que o conhecimento produtivo vem ocupando na organização das atividades produtivas. A partir da 2ª Guerra Mundial, o estímulo ao conhecimento científico e sua associação à produção engendram novos ramos de produção diretamente derivado desses conhecimentos: energia nuclear, eletrônica, aviação supersônica, robótica, telemática, etc.

Surge uma nova divisão global do trabalho, com extraordinárias conseqüências no comportamento das nações e indivíduos. Os países mais desenvolvidos tendem a dedicar-se às

novas atividades geradas pela Revolução Científico-Tecnológica e a transferir a parte da produção que ainda exige mão-de-obra barata, e quase sempre com certo grau de habilidade manual, para os países de menor desenvolvimento. A substituição do trabalho humano através da crescente automação do processo produtivo, baseada na informatização e na introdução de robôs, e a passagem do trabalho em massa para o trabalho altamente especializado têm gerado elevados níveis de desemprego em todas as economias globalizadas.

A concentração e a centralização da produção tendem a assumir formas cada vez mais globais, originando complexos produtivos internacionais e transacionais. Surgem, assim, várias formas de associação entre empresas, como *joint-ventures*, fusões, aquisições, etc.

De olho na possibilidade de economias de livre mercado em escala global, e nos conseqüentes lucros gigantescos, as nações industriais têm procurado voltar suas produções, progressivamente de ordem planetária devido à incorporação de novas tecnologias, para os promissores mercados mundiais.

A globalização, entretanto, não se verifica apenas na produção. Aliás, a globalização, ou mundialização, financeira tem se sobressaído à globalização da produção e do comércio. Fluxos de capitais gigantescos percorrem o mundo todo, sem barreiras e a uma velocidade incrível, causando impactos sobre vários países. A desregulamentação do movimento de capitais entre países, iniciada nos anos 80, e o crescente avanço tecnológico nas comunicações uniram os mercados financeiros de todo o mundo, que passaram a operar 24 horas por dia. Essa interligação e a conseqüente interdependência entre os capitais possibilita a propagação instantânea de choques.

Os volumes movimentados pelos investimentos financeiros têm sido tão ou mais significativos que os investimentos diretos. Os chamados capitais especulativos, que giram pelo mundo, buscam apenas sua valorização por meio da administração de carteiras de ativos financeiros (títulos públicos ou privados, e ações). O poder dos gigantescos fluxos de capitais é tão grande que tem reduzido o poder de decisão dos Estados, os quais passam a se orientar segundo os interesses das grandes empresas.

Diante da grandiosidade do fenômeno descrito, e de seus efeitos sobre o mundo, propomo-nos a realizar uma monografia que aborde os aspectos fundamentais da globalização, bem como suas conseqüências e perspectivas, na economia brasileira.

O presente trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro, serão abordados os aspectos históricos do processo de globalização a nível mundial. Nesse sentido será analisada a alternância entre fases de evolução e de retrocesso da globalização mundial durante o desenvolvimento capitalista.

No segundo capítulo, será abordada a recente “fase globalizada” da economia brasileira iniciada nos anos 90, bem como os antecedentes e condicionantes à essa fase. Serão priorizados, nesse capítulo, os efeitos do processo de globalização, compreendendo abertura comercial e desregulamentação da economia, sobre os mais importantes indicadores da economia brasileira como: balança comercial, balanço de pagamentos, produto interno bruto, captação de investimentos externos, tanto para a esfera produtiva como para a financeira, e o mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, demonstraremos a evolução do processo de globalização financeira no Brasil. Serão destacados os efeitos desse processo na economia brasileira no contexto de uma tendência mundial de sobreposição da esfera financeira à produtiva e da conseqüente ameaça constante de propagação de crise financeira por todo mundo.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva descrever, de forma geral, o processo de globalização da economia brasileira e seus efeitos, em um cenário internacional de constantes mudanças e incertezas. Sendo este um assunto vasto e dinâmico, não há nenhuma pretensão em esgotá-lo neste trabalho. O objetivo primordial é fornecer uma contribuição para estudiosos e interessados no assunto, e servir de fonte de informação para futuras pesquisas nesta área.

Capítulo 1 – Uma Abordagem Histórica do Processo de Globalização

1.1 Introdução

Da forma como vem ocorrendo nas últimas décadas do século XX a globalização pode ser entendida como a superação das barreiras à circulação internacional de mercadorias e capitais. Ocorrendo, então, a expansão dos mercados para além das fronteiras nacionais ou dos blocos regionais de comércio. “*Em sentido amplo a globalização equivale à abertura dos mercados sejam esses mundiais, regionais, nacionais ou locais.*”¹

Entretanto, a globalização não é um fenômeno deste século ela retoma séculos anteriores à primeira Revolução Industrial. O capitalismo tem presenciado, ao longo de sua história, a alternância entre períodos de abertura e fechamento dos mercados.

1.2 Alternância entre Abertura e Fechamento dos Mercados no Desenvolvimento do Capitalismo

Durante os séculos XVII e XVIII, a unificação dos reinos europeus eliminou as barreiras comerciais entre os feudos fazendo com que os mercados locais se unissem formando mercados nacionais. Mas se o comércio dentro dos reinos estava estimulado pela destituição das barreiras comerciais, o mesmo não ocorria com o comércio internacional, que era coagido pela política mercantilista, através da qual cada reino buscava aumentar suas exportações e reduzir suas importações a fim de gerar um saldo comercial positivo.

Uma “onda globalizante” se abateu sobre o sistema capitalista impulsionada pelo avanço tecnológico trazido pela 1ª Revolução Industrial, iniciada por volta de 1780 e que durou cerca de um século. Inovações como ferrovias, navegação a vapor, telégrafo e telefone revolucionaram o transporte e a comunicação da época tornando-os mais baratos, rápidos e seguros. O uso destas inovações possibilitou a abertura e a unificação de mercados.

Entretanto, a nova fase de “globalização” da economia capitalista não foi proporcionada apenas pelo surgimento de inovações tecnológicas trazidas pela Revolução

¹ SINGER, Paul. *Um Histórico da Globalização*, 1997, p. 522.

Industrial mas também, e principalmente, pela destruição das barreiras ao comércio entre as nações, antes impostas pelas políticas mercantilistas.

A doutrina mercantilista pregava que a riqueza advinha da proteção da produção manufatureira nacional via barreiras à competição externa e subsídios às exportações o que geraria um saldo comercial positivo, especialmente sob a forma de metais preciosos. Foi essa a doutrina adotada pelas potências europeias do século XVI a meados de século XVIII e que contribuiu para a forte expansão da produção manufatureira nesse período.

No entanto, em fins do século XVIII o mercantilismo foi destronado por uma nova doutrina em ascensão, o liberalismo². Defendido por Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, o liberalismo veio atender aos interesses da nova classe social dominante, a burguesia industrial. Para Smith a riqueza das nações advinha do aumento da produtividade do trabalho obtido com a expansão dos mercados propiciada pelo estímulo ao comércio internacional, ou seja, a riqueza das nações provinha da expansão dos mercados ou da sua abertura à competição externa.

A burguesia manufatureira e mercantil foi sendo substituída, como classe social dominante, pela ascendente burguesia industrial, iniciando-se, então, o capitalismo industrial. As indústrias emergentes empregaram crescentes quantidades de capital fixo³, cada vez mais avançado tecnologicamente e mais custoso, a fim de elevar sua produtividade e ampliar seus ganhos de escala. Neste sentido, a proposição liberal de abertura dos mercados ao comércio internacional favoreceu aos interesses da burguesia industrial, encontrando, portanto, nessa classe forte apoio.

Mas a doutrina do livre comércio não encontrou apenas adeptos. Ela foi de encontro aos interesses da classe agrária e da burguesia manufatureira e mercantil ambas temerosas em perder os privilégios oriundos das políticas de proteção à produção nacional. Tal fato retardou a adoção do livre câmbio pela França e pela Inglaterra, que apesar de ter sido o berço da Revolução Industrial só adotou o sistema em 1846.

² As teses liberais podem ser resumidas no estabelecimento do Estado mínimo e na auto-regulação dos mercados.

³ O fenômeno do aumento do capital fixo (máquinas e equipamentos) em relação ao capital total foi denominado por Marx de concentração do capital, sendo atribuído primordialmente ao progresso técnico.

Com a adoção do livre comércio as indústrias cresceram, expandiram seus mercados e acumularam capital. O desenvolvimento dos meios de transporte (ferrovias e navegação a vapor) e de comunicação (telefone e telégrafo) e a adoção do padrão-ouro como sistema internacional de pagamentos estimularam a integração econômica entre os países. Mas essa fase de “globalização” não durou muito, apenas algumas décadas.

1.3 A Grande Depressão (1873 a 1896)

Em 1873, instalou-se em toda a Europa, especialmente na Grã-Bretanha, uma crise econômica que se estendeu até 1896 e que ficou conhecida como Grande Depressão.

No início da década de 1870, as potências industriais da Europa Central e Ocidental, principalmente a Grã-Bretanha, permitiram a livre entrada dos produtos agrícolas dos EUA e da Rússia a fim de assegurarem seu domínio sobre a produção industrial. Esses produtos chegaram à Europa com preços imbatíveis graças à redução dos custos com transporte propiciada pelo uso das ferrovias e da navegação à vapor. A concorrência com os grãos dos Estados Unidos e da Rússia arruinou o campesinato europeu, aumentou o exército industrial de reserva e estimulou a emigração dos trabalhadores agrícolas europeus para os EUA.

“Nestes anos o declínio da agricultura, que fora apenas relativo até os anos de 1870, tornou-se absoluto e crônico, causando grande sofrimento aos setores da sociedade que obtinham sua renda de fontes agrícolas. Antes desse tempo o lento progresso na agricultura tinha sido simplesmente ofuscado pelos rápidos avanços na indústria, mas após 1872 o gráfico lentamente ascendente do avanço agrícola se voltou incisivamente para baixo e houve uma queda da produção e renda rural, que iniciou um depressão que duraria décadas.” ROEBUCK apud SINGER (1997, p. 526)

Com a grande depressão, a indústria não sofreu tanto quanto a agricultura, pois os níveis de produção não caíram muito, chegando até a aumentar em alguns ramos, mas os lucros certamente decresceram em todos os ramos da indústria. A concorrência norte americana também se fez sentir com seus produtos industrializados, que produzidos em excesso abasteciam não apenas o mercado interno dos EUA mas também eram exportados para a Europa. A posição da Grã-Bretanha no *podium* da produção industrial mundial foi aos poucos sendo substituída pelos Estados Unidos.

Quanto mais a livre concorrência se expandia, mais custosa ela se tornava, especialmente para as empresas maiores. Com o progresso técnico as grandes empresas tendiam a aumentar sua porção de capital fixo em relação ao capital total, fazendo com que os custos fixos também se elevem. Mas como esses custos não dependem do volume de vendas, o acirramento da competição fragilizava muitas empresas ao reduzir seu volume de vendas.

A grande depressão não se instalou apenas na Europa. Ela se espalhou por muitos outros países nos quais a destruição dos monopólios nacionais trouxe instabilidade e especulação. Não existiam mais fronteiras para o capital, nem para o produtivo, tampouco para o financeiro, o que elevava a instabilidade das economias e aumentava a probabilidade da crise ser cada vez mais longa e profunda.

Além da globalização dos mercados, a consolidação do padrão-ouro como regime monetário internacional também contribuiu para a grande depressão. Esse regime consistiu na equivalência do papel moeda emitido por cada governo, em ouro a um câmbio fixo. Sendo as moedas de todos os países conversíveis em ouro a uma dada proporção, a elevação dos preços de um país em relação aos preços de outro, ocasionaria um déficit em sua balança comercial e conseqüentemente uma saída de ouro, desvalorizando a moeda nacional. Por isso, os países, para protegerem suas moedas da desvalorização, recolhiam papel moeda quando os preços se elevavam a fim de reduzir o crédito e elevar os juros, o que reduzia a demanda efetiva e fazia com que os preços baixassem novamente. Entretanto, diante da impossibilidade de dosar a política monetária contracionista, apenas para que se preservasse o poder de compra da moeda, esta acabava por ocasionar deflação e depressão.

"A crise agrária e a Grande Depressão de 1873-1886 havia reduzido a confiança de que a economia se curasse por si só. Daí em diante, as instituições características da economia de mercado poderiam introduzir-se em geral apenas se fossem acompanhadas de medidas protecionista, sobretudo porque desde o fim dos 1870 e início do decênio seguinte, as nações estavam se constituindo em unidades organizadas, suscetíveis de padecer gravemente pelos deslocamentos provocados por todo o ajuste repentino às necessidades do comércio exterior ou das divisas. O veículo supremo da expansão de economia de mercado, o padrão ouro, era assim acompanhado habitualmente pela introdução simultânea de políticas protecionistas características da época, como a legislação social e as tarifas aduaneiras." POLANYI apud SINGER (1997, p. 214)

1.4 O Nascimento do Capitalismo Monopolista e a Superação da Crise

A grande depressão do final do século XIX, a primeira grande crise propriamente capitalista, desencadeou o processo de desmoronamento da hegemonia industrial inglesa e de seu padrão tecnológico e produtivo. Este processo foi lento e instável e só se completou após a crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial, com a plena constituição de um novo padrão de desenvolvimento sob uma nova hegemonia, a norte americana.

Assim, a partir do final dos anos 1870, iniciou-se a lenta passagem do *laissez-faire* ao capitalismo monopolista. A competição passou a ser evitada e o regime livre cambista foi sendo sucessivamente abandonado por vários países. O estado reassumiu o papel de regulador e interventor da economia, sendo retomadas as políticas protecionistas a fim de resguardar camponeses, artesões e pequenas empresas da concorrência externa.

Mas até a crise de 1930 nos EUA, Alemanha, Suécia e a 2ª Guerra Mundial nos países europeus, esse processo de resistência ao liberalismo não foi capaz de consolidar um novo padrão de desenvolvimento. Faltavam, ainda, as condições para sua expansão e generalização. O paradigma produtivo e tecnológico emergente precisava romper com as antigas relações sociais, de consumo e de salários.

Desde o último quarto do século XIX o capitalismo potencializou sua expansão com base nas inovações tecnológicas trazidas pela Segunda Revolução Industrial (eletricidade, motor a explosão, química orgânica, materiais sintéticos, etc.)

A livre concorrência impunha onerosos custos às empresas, principalmente às maiores. À medida que as empresas reinvestiam seus lucros em capitais fixo, a fim de elevar sua produtividade, aumentam também seus custos fixos, os quais permaneciam constantes independente do volume de vendas. Assim, a concorrência impunha pesados custos à maioria das grandes empresas ao reduzir suas vendas. Entretanto, como nem todas as empresas tinham a mesma capacidade de suportar as perdas impostas pela concorrência, grande parte das pequenas empresas foram duramente penalizadas. Assim, as empresas mais fracas eram absorvidas pelas empresas mais fortes (pela compra ou pela fusão dos capitais) ou simplesmente fechavam permitindo que outras ocupassem seu lugar no mercado. Ao final do processo o número de capitais existentes tinha se reduzido significativamente, enquanto seu

tamanho e sua força perante o mercado tinha crescido bastante em relação ao período anterior à crise. Marx denominou este fenômeno de centralização de capital (MARX, 1987). Ele consiste na absorção de capitais mais débeis por outros mais fortes ou na fusão entre eles, com o objetivo de reduzir a competição entre os capitais individuais.

É na combinação dos processo de concentração e centralização dos capitais que se encontram as bases da grande empresa capitalista moderna e da estrutura oligopolista que tornará rígidos os mecanismos de funcionamento dos mercados.

Aos grandes capitais sobreviventes não interessava dar continuidade à competição “degoladora”, a qual implicava em incerteza de resultados, mas sim buscar acordo para a fixação de um preço ideal para remunerar os capitais sem, no entanto, atrair novos concorrentes ao mercado. As empresas passaram de “tomadoras de preços” (na livre concorrência) a “determinantes de preços” (no capitalismo monopolista ou oligopolista). A concorrência entre os capitais continuou a existir, porém sob formas menos destruidoras que a “luta por preços”, como a concorrência por maiores fatias de mercado, por exemplo.

“A organização monopolista dos grandes capitais avançou com extrema rapidez nos EUA. Em 1896, o número de empresas (excetuando ferrovias) de US\$ 10 milhões não chegavam a uma dúzia. Em 1904, eram mais de trezentos com uma capitalização combinada de mais de sete bilhões de dólares.” HEILBRONER apud SINGER (1997, p. 530)

A partir de 1879, empresas passam a se organizar sob a forma de *trusts* (união de várias empresas em uma nova controlada por dirigentes que detêm as ações de todas as empresas em consignação, oferecendo aos proprietários participação nos lucros totais, na proporção da sua parcela do capital global, através de *trust certificates*). O controle unificado de várias empresas evitaria a quebra dos acordos de preços, que poderiam ocorrer especialmente nas crises de superprodução.

“E em 1888, o estado de New Jersey passou uma lei permitindo a sociedades anônimas possuir ações de outras firmas. O que abriu o caminho para a fusão de empresas mediante a troca de ações ou mediante a criação de uma firma “holding” cujo ativo era constituído por ações das firmas controladas. Os antigos controladores recebiam ações da “holding” em troca das ações de suas ex-firmas. O número de fusões nos EUA passou de 43 em 1845 a 303 em 1898 e a 1208 em 1899. HEILBRONER apud SINGER (1997, p.530)

A luta contra a concorrência entre os capitais cada vez mais centralizados foi reforçada pelo crescente abandono do livre câmbio. Os estados voltaram a intervir no comércio internacional adotando medidas nitidamente protecionistas como a elevação das tarifas alfandegárias.

A grande depressão foi vencida pelos esforços para extinguir a competição destruidora entre as grandes empresas e pelo capitalismo monopolista. Este último trouxe consigo as bases da moderna empresa capitalista.

1.5 O Surgimento da Grande Empresa Capitalista Moderna

A generalização do uso de máquinas nas grandes unidades produtivas transformou o trabalhador em mero “apêndice” da máquina reduzindo seu trabalho a ações simples e repetitivas. Os novos princípios de gerência e da organização do trabalho adotados ainda nas últimas décadas do século XIX ficaram conhecidos como “gerência científica” e foram idealizados e implantados por Taylor. Para Aglietta, a “gerência científica” foi a resposta capitalista à autonomia relativa que os postos de trabalho ainda podiam permitir aos trabalhadores⁴. Segundo Braverman, o taylorismo, se baseou em três princípios básicos⁵:

- 1^o) a dissociação do processo de trabalho das qualificações dos trabalhadores;
- 2^o) a separação entre concepção e execução do trabalho;
- 3^o) o uso do monopólio sobre o conhecimento, detido pela gerência, para controlar os diversos passos do processo de trabalho e seu modo de execução.

Surge, assim, a figura da “gerência profissional” ou da administração profissional detentora do conhecimento e do controle de todas as etapas do processo de trabalho, restando aos trabalhadores a execução de tarefas repetitivas e preconcebidas pela gerência. O trabalhador perdeu o conhecimento amplo que tinha do seu ofício, passando a executar apenas operações parceladas e limitadas. A crescente profissionalização da gerência do capital

⁴ AGLIETTA, M.. “Régulation et Crises du Capitalisme”. IN: *A Desordem do Trabalho*, Jorge Mattoso, 1995, p. 19.

⁵ BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX*, 1977, p. 103-108.

monopolista o libertou do domínio dos proprietários jurídicos e substituiu o mercado no papel de alocador de recursos.

A implantação da “gerência científica” nas fábricas elevou significativamente a intensidade e a produtividade do trabalho. As várias etapas do processo produtivo, anteriormente realizadas em diferentes locais passaram a ser realizadas em um mesmo espaço físico, aumentando a velocidade de processamento e gerando ganhos de eficiência. O aumento de volume resultante permitia reduzir os custos e aumentar a produção por trabalhador e por máquina.

Os proprietários jurídicos das empresas monopolistas passaram a deter apenas o poder formal delegando poderes de decisão aos administradores profissionais detentores do conhecimento e do acesso às informações gerências. O papel da gerência profissional é especificar o máximo possível para cada trabalhador qual a sua tarefa e como ela deve ser executada. Os trabalhadores são, assim, totalmente destituídos de sua capacidade criadora. A gerência aproveita o conhecimento e a informação de que dispõe para dar à conduta de cada um o máximo de previsibilidade.

O aperfeiçoamento dos meios de comunicação e de transporte, advindo com as inovações da 2^a Revolução Industrial, possibilitou a unificação dos mercados locais e regionais, anteriormente isolados em grandes mercados nacionais, fazendo surgir, assim, mercados em massa.

O surgimento de mercados com dimensões jamais existentes permitiu a produção e a distribuição de mercadorias em grandes escalas, viabilizando a implantação de novas tecnologias que aumentava a eficiência e reduzia os custos unitários. A redução dos preços dos produtos, via redução de custos, tornou-os mais acessíveis à população de menor poder aquisitivo. Essa nova expansão do mercado possibilitava reiniciar o ciclo virtuoso (mercado em massa – produção em massa – novas tecnologias – aumento da eficiência – redução dos custos – diminuição dos preços – expansão do mercado).

A consolidação da produção capitalista em massa deu-se com o surgimento do fordismo, na primeira década do século XX. A principal inovação do fordismo no processo de trabalho foi a introdução da linha de montagem, na qual ocorre a circulação de objetos e

meios de trabalho durante o processo produtivo. Reduz-se assim, as necessidades de deslocamento do trabalhador dentro da fábrica, já que os objetos são levados até ele por meio de uma esteira mecânica. A localização do trabalhador e o tempo por ele gasto na execução das tarefas passaram a ser determinados pela máquina, e não mais pela gerência. O trabalho passou a ser ainda mais fragmentado, repetitivo e monótono do que no taylorismo, aumentando o domínio capitalista sobre o trabalho operário. Essas transformações ocorridas no processo de trabalho reduziram o tempo e o trabalho gastos no processo produtivo e elevaram a intensidade e a produtividade do trabalho.

Os mercados em massa possibilitaram produções cada vez mais rápidas e vendas em escalas cada vez maiores, em outras palavras, viabilizaram a produção e a distribuição em massa. A empresa capitalista tradicional teve que se modificar para usufruir dos benefícios proporcionados por esses mercados, originando, assim a grandiosa e multisetorial empresa capitalista moderna.

A empresa capitalista moderna surgida com a 2ª Revolução Industrial, englobou vários estabelecimentos distintos em um único. Através da integração vertical das empresas fornecedoras (a montante) e das empresas distribuidoras (a jusante), as empresas reduziram significativamente os riscos de mudanças inesperadas no meio externo. Verticalizando a montante as empresas passaram a controlar os insumos de que necessitavam, evitando problemas com elevação de preços na entre-safra, por exemplo. Já a verticalização da jusante garantiu a distribuição diretamente aos revendedores e a colocação no mercado do volume de produtos desejado pela empresa.

A divisão interna do trabalho na empresa moderna, gera fluxos de mercadorias entre as unidades competentes, as quais devem estar perfeitamente integradas e sincronizadas a fim de elevar os ganhos de produtividade da empresa.

Com o objetivo de por freio à tendência de crescimento ilimitado dos capitais monopolistas e à conseqüente concentração de poder nas mãos dos mesmos, vários países em

todo mundo adotaram legislações “anti-trust”⁶. Os Estados Unidos vêm adotando essa legislação desde o fim do século passado.

Apesar da centralização dos capitais ter tido por objetivo evitar a concorrência “degoladora” entre eles, a competição entre os capitais monopolistas continuou a existir embora com características bem distintas da primeira. A concorrência monopolista, ou oligopolista, consiste basicamente na disputa por parcelas do mercado através de estratégias de diferenciação dos produtos, inovação de processos ou produtos, conquista da fidelidade dos consumidores às marcas ou imagens dos produtos. Ela não se realiza através de “guerra de preços”, pois essa estratégia resulta em incertezas quanto ao vencedor, visto que, sendo os capitais monopolistas de grandes dimensões e poderes, qualquer redução nos preços de uma empresa seria acompanhada pelas outras para não perderem mercados. Desta forma, na competição por rebaixamento de preços os únicos ganhadores são os consumidores que usufruem de preços mais baixos.

A estratégia competitiva de inovação de processo beneficia a empresa que primeiro adotar a inovação, a qual terá seus custos reduzidos podendo manter seus preços e usufruir de lucros acima do normal enquanto as concorrentes não detiverem a inovação também. Após a difusão da inovação, geralmente os preços são reduzidos em proporções semelhantes por todas as firmas, atraindo novos consumidores e expandindo mercado.

As empresas monopolistas buscam sempre lançar produtos diferenciados antes de seus concorrentes afim de conquistar consumidores e ampliar seu espaço no mercado. A busca da fidelidade dos consumidores às marcas também é uma estratégia competitiva muito utilizada. Através de anúncios publicitários as marcas dos produtos são colocadas aos consumidores como fator de escolha decisivo em detrimento de fatores como preço e qualidade.

Embora a competição monopolista não tenha como fim único a destruição dos concorrentes, ela inevitavelmente impõe onerosos custos aos capitais. Por isso a tendência à centralização dos capitais monopolistas é muito forte. As freqüentes ondas de fusões e reestruturações dos grandes capitais, na história do capitalismo monopolista, comprovam esta tendência.

⁶ Legislações Federais destinadas a evitar monopólios e restrições ao livre comércio.

A crescente diversificação dos capitais faz com que estes concorram simultaneamente em mercados distintos. Em geral, quanto maior e diversificada for a empresa, menor será o risco de que prejuízo em mercados específicos comprometam sua saúde econômica e sua competitividade diante dos outros concorrentes.

As fusões entre os capitais gigantes alteram as relações de tamanho e poder nos mercados oligopolistas. Após as fusões, o número de capitais se reduz enquanto seu tamanho e poder são significativamente ampliados estimulando a ocorrência de novas fusões.

Os novos capitais formados após as fusões são cada vez maiores e mais poderosos, e por serem diversificados acabam por alterar substancialmente as relações de poder em inúmeros mercados. Isso fatalmente corrobora para novas possíveis fusões, fazendo com que os mercados se tornem cada vez mais centralizados. É claro que muitos países tentam impor limites à centralização crescente dos capitais, para evitar que em última instância essa tendência centralizadora acabe por fundir todos os capitais. As legislações “anti-trust” existentes em vários países são exemplo muito claro dessa tentativa. Além dos meios legais, a ideologia liberal também limita essa tendência ao priorizar a existência da livre concorrência entre capitais.

Mas o estabelecimento da produção em massa não foi acompanhado pelo desenvolvimento do consumo em massa. As teorias fordistas estimularam a produção em grandes escalas sem preocupação com a existência de demanda para a mesma. A permanência da antiga relação salarial, baseada em contratos individuais de trabalho, debilitou ainda mais a situação dos trabalhadores não lhes possibilitando participação significativa como consumidores, o que criou um obstáculo ao crescimento do capitalismo e a definição de um novo padrão de desenvolvimento.

Dessa forma, o descompasso existente entre o desenvolvimento acelerado das forças produtivas sob o novo padrão tecnológico e o tímido padrão de consumo até então existente resultou em superacumulação da produção industrial que culminou com a grande depressão de 1929.

1.6 A Superação da Crise de 1929 pelo Estado de Bem-Estar

A resposta capitalista à crise de 1929 baseou-se na ampliação e diversificação da participação do Estado na economia, possibilitando “relações de mutualismo” com o capital monopolista. O intervencionismo estatal combinou objetivo político e econômico através da mistura de mecanismos de mercados com estruturação e estabilização pública.

A estratégia norte americana para debelar a crise capitalista ficou conhecida como *New Deal* e se consistiu em um ambicioso processo de reestruturação macroeconômica.

A solução encontrada fundamentou-se na busca do pleno emprego, através da administração da demanda agregada, especialmente dos gastos do governo, e na redução das desigualdades sociais, através da elevação do padrão de vida dos trabalhadores gerada pela implantação do Estado de bem-estar.

A elevação dos gastos públicos com pesados investimentos em infra-estrutura possibilitou um crescimento substancial do nível de emprego. Os níveis salariais sofreram elevação em virtude da maior atuação dos sindicatos e, principalmente, devido à transferência “de parte dos custos com a reprodução da força de trabalho para o Estado, através de política destinada aos transportes urbanos, habitação, saneamento, urbanização, educação, saúde, etc.”⁷. O aumento da renda dos trabalhadores possibilitou uma ampliação do seu padrão de consumo, dando um novo “fôlego” à expansão capitalista.

Assim, somente a partir dos anos 30 deste século ocorreu a adequação dos níveis salariais e de consumo ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas, iniciado no final do século XIX. Estabeleceu-se, desta forma, o novo padrão de desenvolvimento norte americano.

Entretanto, apesar do reordenamento interno de sua economia, os EUA continuavam com sua política tradicional de isolamento em relação aos mercados externos. “Foi somente com a 2^a Grande Guerra, quando se somou o planejamento de guerra à maior coesão entre os interesses econômicos, financeiros e regionais norte americanos, que se rompeu este

⁷ MATTOSO, Jorge, op.cit., p. 29.

isolacionismo e se firmaram as base de hegemonia industrial, tecnológica, financeira, agrícola e militar dos EUA.”⁸

Logo após à Segunda Guerra Mundial, os EUA mantiveram sua posição de isolacionismo e de indiferença em relação às outras nações, especialmente em relação às derrotadas. Mas essa posição mudou após a constatação da expansão da miséria, em virtude das destruições causadas pela guerra e da ampliação do desemprego, e do comunismo por todo o mundo, especialmente pela Europa, o continente mais penalizado pela guerra.

Então, no fim da década de 40, os EUA iniciaram ações de reconstrução econômica da Europa e do Japão, através da adoção de políticas estabelecidas pelo plano Marshall e pela Doutrina Trumam, com o apoio de acordos e instituições internacionais recém-criados como a conferência de Bretton Woods, a ONU, o Banco Mundial, o FMI, o Gatt, etc. Esse apoio norte americano rendeu elevadas receitas financeiras aos EUA em virtude de sua posição de credor das demais nações.

As exportações de mercadorias americanas para todas as partes do mundo cresceram substancialmente nesse período. Logo após, ampliou-se a instalação de filiais das grandes empresas oligopolistas norte americanas em outros países, a fim de driblar as restrições tarifárias às exportações internacionalizando a produção.

O padrão de produção industrial dos EUA foi difundido para todos os países capitalistas centrais e também para alguns países capitalistas periféricos. Intensificou-se assim, a concorrência internacional, desta vez sob a hegemonia dos EUA.

A consolidação do padrão de desenvolvimento norte americano, logo difundido para os demais países capitalistas, assegurou um período de 25 anos, após a 2^a. Guerra Mundial, durante os quais o capitalismo experimentou intenso e ininterrupto processo de desenvolvimento. Esse período ficou conhecido como os “anos dourados do capitalismo” e perdurou até a crise do padrão de desenvolvimento deflagrada no fim da década de 60 e início da década de 70.

⁸ Ibidem. p. 23.

1.7 A Internacionalização da Produção com o Surgimento das Transnacionais

As inovações de processos e de produtos permitiram às grandes empresas gerenciais dos EUA expandirem e baratearem suas produções, o que possibilitou-lhes alcançar rapidamente os limites dos mercados em que se encontravam, passando, então a exportar parte de suas produções para outros países, principalmente para a Europa que era então o maior mercado em processo de integração fora dos EUA.

A expansão dos oligopólios no mercado interno dos EUA era controlada por sua legislação “anti-trust”. Ao alcançarem a participação do mercado permitida por lei, às firmas americanas restava diversificar sua produção ou expandi-la para além das fronteiras do país. Em geral, as grandes firmas gerenciais dos EUA adotavam as duas estratégias.

Apesar das empresas transnacionais terem se generalizado somente após a 2ª Guerra Mundial, já no início da revolução gerencial, as empresas americanas começaram a exportar seus produtos e os hábitos de consumo americano (*American way of life*) para outras partes do mundo, dentre elas Europa, América Latina e Ásia.

Mas as exportações americanas esbarraram em duas grandes dificuldades. A primeira dificuldade foi a elevação dos preços dos produtos importados devida aos elevados custos com transportes, apesar da significativa redução destes custos causada pelo aperfeiçoamento dos meios de transportes.

A segunda grande dificuldade encontrada foi a reação contrária esboçada pelas empresas dos países importadores juntamente com a forte legislação protecionista, revitalizada nos países europeus a partir da década de 1880, que limitava a entrada de produtos estrangeiros.

“A chegada à Europa, à América Latina etc. dos novos produtos mecânicos e elétricos, exportados pelos oligopólios dos EUA, afetou os hábitos de consumo das elites locais, suscitando reações contra a “invasão americana” já no início deste século. Entre 1901 e 1902 publicaram-se em Londres três livros intitulados: Os Invasores Americanos, A Invasão Americana e A Americanização do Mundo.” CHANDLER apud SINGER (1997, p. 546)

A solução encontrada pelas empresas oligopolistas americanas foi a instalação de suas estruturas nos países para os quais exportavam seus produtos. Esses países tinham restrições à importação de produtos estrangeiros, mas não à produção de produtos em território nacional, por empresas estrangeiras. “*Em 1914, tinham ao menos duas plantas no exterior firmas até hoje famosas como Armour, Coca-Cola, Quaker Oats, Swift, British American Tobacco, Du Pont, Standard Oil of N.J., Ford, General Electric, Internacional Harvester, Singer, Westinghouse Electric, Alcoa, Eastman Kodak e outras numa lista de 41 firmas.*” CHANDLER apud SINGER (1997, p. 546/7)

A maioria dos países praticava, além de políticas protecionistas, políticas de apoio às exportações e de substituição de importações, a fim de equilibrar sua balança comercial. Sob essa ótica os investimentos estrangeiros diretos beneficiavam em muito as economias dos países que os acolhiam ao aumentarem sua capacidade produtiva, possibilitarem a produção de produtos antes importados (e nesse sentido substituírem importações), criarem novos postos de trabalho e novas fontes de receita fiscais, além de levarem *know-how* tecnológico do país de origem para o país hospedeiro. Todas essas vantagens estimulavam muitos países a permitirem a livre entrada dos capitais estrangeiros em seus territórios.

Por outro lado, a instalação de empresas estrangeiras não aumentava apenas a entrada de divisas nos países hospedeiros via investimentos diretos, mas também a saída de divisas desses países via pagamento de dividendos, *royalties* e juros. A produção de produtos antes importados criava a necessidade de importar outros produtos como matérias-primas, artigos semi-processados e bens complementares aos novos bens produzidos.

Com o surgimento das empresas transnacionais, inicialmente nos EUA e posteriormente em muitos outros países, tem-se início outra etapa de globalização, internacionalização da produção. A liderança dos EUA neste processo deve-se sobretudo à sua experiência em gerenciar grandes organizações distribuídas por todo continente, iniciada na década de 1870. É claro que as inovações dos meios de transportes e comunicação, ao encurtarem distâncias, também viabilizaram o gerenciamento de firmas a longa distância.

A transnacionalização de firmas gerenciais apenas se generalizou após o término da 2ª Guerra Mundial. Ela trouxe consigo a consolidação do poderio norte americano, sobretudo com as vantagens tecnológicas e competitivas conseguidas durante a 1ª Guerra Mundial, e da

perda de liderança da Grã-Bretanha frente às potências industriais em virtude do atraso na realização da sua revolução gerencial.

1.8 Imperialismo: o Estado a Serviço do Capital Monopolista

Nos países em que a Revolução Industrial foi implantada com atraso, as burguesias industriais precisaram da ajuda dos Estados para se afirmarem. Em face da competição ameaçadora dos países mais adiantados industrialmente, a proteção dos Estados nacionais fortes foi indispensável na conquista dos mercados internos e, posteriormente, na disputa pelos mercados mundiais. As burguesias industriais retardatárias não queriam Estados liberais, pequenos, restritos, distantes da esfera econômica. Ao contrário elas queriam Estado atuantes, poderosos militar e diplomaticamente, que estivessem dispostos a usar seu poderio para a formação dos oligopólios nacionais e depois para sua expansão pelo mundo.

A volta das políticas protecionistas a partir dos anos 1880, em quase toda Europa exceto na Grã-Bretanha e na Holanda, serviu muito bem aos interesses das burguesias industriais. As elevadas tarifas alfandegárias estabelecidas não tinham a função exclusiva de proteger as indústrias nascentes contra a competição externa. Seu objetivo era muito maior: apoiar a monopolização do mercado interno e a posterior conquista de mercados externos.

Ao estabelecerem tarifas alfandegárias protecionistas, os Estados eliminavam, ou pelo menos enfraqueciam significativamente, a concorrência externa. A exclusão da concorrência externa possibilitava a centralização dos mercados nacionais através da formação de cartéis e *trusts*, eliminando, desta forma, a concorrência interna. A monopolização dos mercados internos permitia que as empresas utilizassem as tarifas como um ganho adicional, praticando preços internos iguais aos preços internacionais acrescidos da alíquota da tarifa alfandegária, desde que houvesse um acordo de fixação de preços entre as empresas.

O ganho adicional das empresas, nos mercados internos monopolizados, obtido por meio da elevação dos preços internos até a margem deixada pela tarifação, fortalecia-lhes para a luta por mercados externos. As empresas que auferissem esses ganhos poderiam competir em mercados externos com grandes vantagens sobre outros concorrentes, pois poderiam cobrar preços abaixo dos normais (*dumping*).

Assim a adoção de tarifas protecionistas que antes objetivava apenas proteger as indústrias nacionais para que se fortalecessem antes de expô-las à concorrência externa, passou, com o advento do capitalismo monopolista, a objetivar também o fortalecimento financeiro das empresas nacionais no mercado interno para que pudessem concorrer com vantagens nos mercados externos. Em outras palavras, as tarifas alfandegárias passaram a ser utilizadas como subsídios às exportações.

Sendo o subsídio igual a uma parcela, correspondente à taxa de importação, da receita de vendas no mercado doméstico, então, ele dependia necessariamente do tamanho desse mercado. Portanto, apenas os países com grandes mercados internos e com elevados graus de industrialização adotaram o protecionismo e o *dumping* como estratégia para a conquista de novos mercados fora de suas fronteiras. Aos países com mercados nacionais de pequena dimensão restava adotar a transnacionalização como estratégia para driblar as proteções aduaneiras e penetrar no mercado mundial. É claro que os países com grandes mercados domésticos também se utilizaram da estratégia de transnacionalização, especialmente os EUA que lideraram esse processo.

Muitos países utilizaram-se de expansionismo territorial e de tratados de comércio, postos em prática pelos Estados nacionais a serviço dos capitais monopolísticos de seus países para ampliar as áreas econômicas sob seus domínios.

O continente africano foi disputado e partilhado pela Bélgica, Inglaterra, França e Alemanha. Após a conquista dos territórios, foram implantadas ferrovias e produção de exportação à metrópole no intuito de expandir as áreas denominadas.

“Assim, depois de duas décadas de exploração, de aquisição ou de conquista do solo e de assimilação econômica, toda a África, exceto a Abissínia e a República Negra da Libéria, tinha caído sob domínio estrangeiro.” ELLSWORTH apud SINGER (1997, p. 551)

Também merece destaque o expansionismo territorial na Ásia. O Japão conquistou, em 1894/95 a ilha de Formosa (Taiwan), as ilhas pescadoras e a península de Loatinang e em 1904 conquistou a Coreia. A Rússia conquistou a Mandchúria.

Entretanto a conquista e a anexação de novos territórios, em geral, não atingiram os resultados esperados na formação de novos mercados. A pobreza e as reduzidas taxas de crescimento desses territórios limitava suas demandas por produtos industrializados.

Para que as colônias se desenvolvessem como mercados para os produtos industrializados da metrópole eram necessários tempo e pesados investimentos para dotá-las de infra-estrutura e implantar o extrativismo mineral e vegetal e a agricultura de produtos tropicais. Essas medidas gerariam a renda necessária para a compra dos produtos industrializados.

Então a disputa pela anexação de territórios se explica mais pela rivalidade entre as potências coloniais e pela possível exploração de potenciais riquezas naturais existentes nas colônias, do que pela conquista de novos mercados consumidores. O monopólio no comércio de matérias primas, oriundas das colônias, beneficiava ainda mais as metrópoles à medida que essas eram valorizadas pelo avanço tecnológico.

Mais vantajoso economicamente para as grandes potências industriais que o processo de anexação de colônias foi o de formação de esferas de influência. As áreas de influência são formadas por países que se ligam a uma nação, em geral mais forte econômica e militarmente, através de contratos comerciais, empréstimos, financiamentos, exportação de capital e/ou alianças político-militares. Essas relações entre países pode ser vantajosa para ambos, mas sobretudo será mais vantajosa para o mais desenvolvido, o qual poderá dispor de mercado adicional para seus produtos industriais e de fontes de matérias primas para suas indústrias. Os países que formam a área de influência de uma nação geralmente mantêm com esta última, relações financeiras e políticas que se condicionam reciprocamente. “*A dependência da América Latina em relação aos EUA, por exemplo, foi cuidadosamente cultivada por sucessivos governos deste país, desde o fim do século passado.*” (SINGER, 1997, p. 552)

Surge, então, uma clara delimitação de funções entre capital monopolista e Estado. Ao primeiro coube a função de ampliar a acumulação de capital, implantando inovações tecnológicas que possibilitaram o desenvolvimento das modernas formas de produção e distribuição em massa, as quais permitiram-lhe expandir-se para além das fronteiras nacionais e conquistar novos mercados. Ao segundo coube a função de proteger e expandir a área

econômica sobre o domínio do capital monopolista. Em outras palavras, ao Estado coube o papel de implantar a doutrina imperialista, através da adoção de políticas tarifárias e do estabelecimento de tratados comerciais, a serviço do capital monopolista e de seus desejos de expansão ilimitada.

A relação entre Estado e capital monopolista variava de acordo com o grau de desenvolvimento de cada país. Nos países de desenvolvimento mais antigo, em geral, o Estado tinha funções mais restritas, como diplomacia e militarismo, enquanto o capital atuava com maior liberdade devido ao livre cambismo. Já nos países de desenvolvimento mais recente ou tardio, o papel do Estado na regulação da economia era bem maior.

Nos países de desenvolvimento recente, a atuação estatal não se restringiu ao imperialismo. Ela foi muito mais além. O Estado desenvolveu setores econômicos em que o capital privado não tinha interesse em atuar, devido a baixa lucratividade, mas que eram de fundamental importância para a expansão capitalista. Dessa forma, o Estado desenvolveu obras de infra-estrutura (ferrovias, portos, transportes urbanos, sistemas de fornecimento de água e energia elétrica, linhas telefônicas, etc.), expandiu os sistemas de saúde e educacional, viabilizou o funcionamento dos sistemas financeiros nacionais através da criação e funcionamento de instituições reguladoras, etc.

Os tigres asiáticos (Coreia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) e o Japão são grandes exemplos dessa ação do Estado. O processo de desenvolvimento em todos esses países foi dirigido diretamente pelo governo.

1.9 Etapa Atual da Globalização e a Reestruturação Produtiva

O extraordinário crescimento da economia mundial no pós-guerra ocasionou uma expansão da internacionalização das mercadorias, da produção e dos capitais. Ainda em meados da década de 60, teve início o processo de esgotamento do prolongado desenvolvimento econômico iniciado após a 2^a Guerra Mundial. A crise do padrão de desenvolvimento norte americano teve como causas básicas o “*esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da dinâmica do progresso tecnológico, a crescente saturação dos mercados internacionalizados, o sobreinvestimento*

generalizado, a crescente financeirização da riqueza produtiva e o enfraquecimento da hegemonia norte americana.”⁹

A crise se caracterizou por estaginflação (estagnação econômica aliada ao processo inflacionário decorrente dos choques nos preços do petróleo na década de 70), instabilidade financeira e queda da produtividade, que elevou a concorrência internacional e propagou fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos¹⁰.

A hegemonia norte americana, desde fins dos anos 60, estava ameaçada pelo grande crescimento econômico alcançado pela Europa e Japão. Embora ainda mantivessem hegemonia industrial e tecnológica e elevado poder financeiro, os EUA perderam grandes parcelas do mercado mundial para as exportações européias e japonesas. Os EUA destacaram a atuação de suas transnacionais como estratégia contra a ampliação da concorrência aberta. Entretanto, essa estratégia norte americana foi acompanhada pela expansão das filiais das empresas japonesas e européias e pela internacionalização de seus capitais, os quais passaram a disputar com os EUA espaço para investimentos diretos externos, resultando na perda da hegemonia do dólar como moeda internacional.

Assim, os países capitalistas sofreram uma acentuada desaceleração no crescimento industrial a partir de 1973. Somente a partir de 1983 os países desenvolvidos retomam seu crescimento, passando por uma nova fase de crescimento que durou até o início dos anos 90.

O comércio internacional também se recuperou a partir de 1983 com o aumento das exportações dos países desenvolvidos, em especial Alemanha e Japão, para os EUA. Esse incremento das exportações deveu-se basicamente, ao desequilíbrio comercial do EUA causado pelo crescimento de sua demanda. A revigoração do comércio mundial elevou a competitividade internacional.

Ainda no final dos anos 70, teve início a 3ª Revolução Industrial e Tecnológica¹¹ a qual foi responsável por extraordinárias inovações tecnológicas, especialmente nas áreas de

⁹ MATTOSO, op.cit., p. 52.

¹⁰ Ibidem, p. 56.

¹¹ SANTOS (1994) denomina de Revolução Científico-Técnica (RCT) a qual ele define como uma nova Revolução Industrial sob o comando da ciência. O conhecimento científico passa a ter papel fundamental na produção.

informática e microeletrônica, apesar de não terem ocorrido modificações significativas na infra-estrutura de transportes e na base energética. Destaca-se, ainda, o importante e novo papel do conhecimento científico nas atividades produtivas. Aliás, todas as inovações tiveram extraordinários impactos na organização da produção, desencadeando, inclusive, o processo de reestruturação produtiva dos países desenvolvidos iniciado nos anos 80.

Entretanto, a reestruturação das forças produtivas na economia mundial teve caráter restritivo e concentrado, ficando conhecido como *modernização conservadora*. Seus custos foram desigualmente distribuídos, penalizando Estados, que pagaram com suas crises financeiras, trabalhadores e países periféricos. Seus benefícios foram destinados a restritos países, empresas e indivíduos. Entretanto, a reestruturação produtiva não se limitou ao setor industrial. Ela expandiu seus efeitos e conseqüências por toda a economia, redefinindo, lenta e progressivamente a reestruturação econômica e a organização do trabalho.

A ineficiência dos mecanismos tradicionais de funcionamento do padrão de desenvolvimento norte americano perante a crise, os obstáculos à competição resultantes das políticas sociais e de regulamentação implementadas pelo Estado e a suposta responsabilidade dos trabalhadores na elevação dos custos e na redução da produtividade são alguns fatores que levaram ao abandono dos compromissos estabelecidos no pós-guerra entre capital, Estado e trabalhadores. Desta forma, a reestruturação econômica e produtiva mundial ocorreu fora da esfera do Estado, sob a liderança dos países avançados e sob o predomínio do capital financeiro.

O novo padrão produtivo-organizacional resultante da reestruturação baseia-se principalmente na automação integrada flexível. Os sistemas de produção flexível caracterizam-se por: permitirem maior capacidade de adaptação à demanda, em virtude de seu sistema de minimização dos estoques (*Just in Time*), tanto de insumos como de produtos; solicitarem trabalhadores mais especializados, com elevada capacidade criativa e adaptativa (trabalhadores polivalentes); relações de integração e cooperação com fornecedores e distribuidores (estrutura horizontal); alianças estratégicas e temporárias entre empresas a fim de reduzir os custos com P&D.

Os sistemas de produção flexível possibilitam várias formas de associação entre as grandes empresas oligopolistas (fusões, aquisições, *joint-ventures*, etc.), elevando ainda mais

a centralização dos capitais e “*dando origem a complexos produtivos de caráter internacional, transnacional e planetário.*”¹² A gestão e a coordenação dessas grandes empresas oligopolistas podem ser realizadas com maior eficiência e menores custos em virtude do uso de redes teleinformatizadas ligando as diversas partes do complexo produtivo. A formação de empresas dessas dimensões alteram completamente as relações de poder nos mercados em que atuam.

São marcantes, portanto, as diferenças entre o novo padrão de produção e o antigo (fordismo). Ressalte-se também, a extraordinária elevação da produtividade decorrente dos novos padrões produtivos e dos novos métodos de organização de trabalho.

A nova divisão internacional do trabalho, iniciada a partir dos anos 80, decorre das transformações estruturais possibilitadas pela 3ª. Revolução Industrial e Tecnológica e pela transnacionalização da economia. Suas características principais são (SANTOS, 1994):

- a) Substituição de parte do trabalho humano por máquinas, através da automação, baseada na informatização, e da robotização da produção;
- b) Redução do tempo de trabalho humano necessário na produção em virtude da automação, possibilitando reduções na jornada de trabalho média;
- c) Constante revolução das forças produtivas, através da maior importância dada à pesquisa e desenvolvimento, invenção, inovação e difusão;
- d) Ampliação do setor de serviços, especialmente dos serviços ligados à informação (pesquisa e desenvolvimento, educação, saúde, habitação e alimentação) e ao lazer;
- e) Transferência das atividades que exigem mão-de-obra barata e com pouca especialização dos países mais desenvolvidos, que passam a se dedicar às atividades mais novas geradas pela Revolução Científico-Técnica, para os países de desenvolvimento médio ou em curso;
- f) Concentração e centralização dos capitais oligopolistas em escalas cada vez maiores, originando complexos produtivos de ordem “planetária”.

As mudanças na economia mundial ocorridas durante as décadas de 70 e 80 também causaram impactos nos países periféricos, principalmente nos da América Latina, dentre os quais pode-se destacar o aumento da miséria e degradação das condições de vida e de trabalho

¹² SANTOS, Theotonio dos. *Economia Mundial – Integração & Desenvolvimento Sustentável*, 1994, p. 278.

da população, atraso tecnológico e produtivo em relação aos países capitalista centrais e implementação de políticas neoliberais. Esse processo, em especial o caso brasileiro, será discutido com maiores detalhes no capítulo seguinte.

*“Este conjunto de transformações das forças produtivas, das relações sociais de produção, dos sistemas institucionais e ideológicos assume a forma de um processo de globalização da economia mundial.”*¹³ Assim, as transformações ocorridas durante os anos 70 e 80 configuraram a etapa atual do processo de globalização econômica, caracterizada pelo movimento desregulado de produtos, da produção e de capitais entre as mais diversas partes do mundo, proporcionando extraordinárias vantagens para uma parte dos agentes econômicos e extraordinárias desvantagens para outra.

No início dos anos 90, o ciclo de crescimento da economia mundial iniciado em 1983 chega ao fim. Inicia-se, então, o período recente de recessão econômica mundial, caracterizado pela alternância de períodos de crises financeiras, causadas pela crescente instabilidade monetária e cambial, entre os diversos países do mundo. A crise financeira instalada em um determinado país acaba por contagiar os demais em virtude da interligação entre os capitais financeiros de todo o mundo, proporcionada pela desregulamentação do mercado financeiro mundial.

A situação da economia mundial nos anos 90 tem sido ainda mais agravada tanto pela manutenção da desarticulação entre o padrão industrial e tecnológico surgido na década de 80 e as relações sociais, salariais e de consumo, quanto pela ausência de instituições e estruturas internacionais capazes de controlar as tensões e desequilíbrios mundiais e de estabelecer um novo padrão de desenvolvimento.

1.10 Notas Conclusivas

Durante o desenvolvimento do capitalismo, foram muitas as fases de fechamento e abertura do comércio entre os países. A fase mais recente de abertura, objetivo central de nossa análise, teve início logo após os “trinta anos gloriosos” experimentados pelos países capitalistas centrais, durante o período que vai do final da 2ª Guerra Mundial e da crise de 1929 até o início dos anos 70.

¹³ Ibidem, p. 36.

O fim desse longo período de crescimento determinou também o rompimento do acordo entre o Estado de bem-estar e o capital industrial. Iniciou-se, então, a atual fase “globalizada” das economias capitalistas modernas, baseada na adoção de políticas neoliberais que têm determinado a abertura e desregulamentação dos mercados nacionais e a retirada do Estado do cenário econômico.

A adequação dos chamados países emergentes a essa “nova ordem” mundial tem sido imposta pelos organismos internacionais sob pena de sua exclusão do sistema capitalista moderno e dos conseqüentes “benefícios” que este lhes reserva. Desta forma, muitos países ditos em desenvolvimento têm se ajustado ao capitalismo global desde o início dos anos 90, dentre eles o Brasil. Nesse sentido, a inserção do Brasil no processo de globalização e suas conseqüências serão discutidos no próximo capítulo.

Capítulo 2 – O Processo de Globalização no Brasil

2.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar a economia brasileira no contexto de sua recente inserção no mercado mundial globalizado. Será apresentado o processo de globalização no Brasil, bem como seus efeitos sobre a economia do país.

Nesse sentido, serão observados, inicialmente, os antecedentes históricos ao processo de globalização brasileira situados na década de 80. Essa década ficou conhecida como “década perdida”, tendo sido marcada pela crise da dívida externa que determinou a interrupção dos financiamentos externos concedidos ao Brasil, pela ruptura com os elevados níveis de crescimento das décadas anteriores, pela estagnação econômica, pelas elevadas taxas de inflação e pelo esgotamento do modelo de substituição de importação. A “década perdida” deixou marcas de profundo atraso social e econômico no Brasil, as quais se estenderam até o início da década seguinte.

Em seguida, serão apresentadas as mudanças ocorridas na economia brasileira a partir do início dos anos 90, quando o governo Collor intensificou o processo de liberalização e abertura econômica, seguindo as orientações de política econômica determinadas pelos organismos internacionais no “Consenso de Washington”.

O capítulo segue com a análise da aceleração do processo de abertura e liberalização da economia nacional através das políticas neoliberais implantadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso a partir de 1994. Serão abordadas, com especial atenção, os impactos dessas políticas sobre a economia brasileira. Por fim serão apresentadas as principais conclusões do capítulo.

2.2 Influência do Cenário Externo na Formação da Crise dos Anos 80 no Brasil

As mudanças ocorridas na economia mundial a partir da década de 70 influenciaram também os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, porém de maneira diferente das que influenciaram os países capitalistas centrais.

A escassez de dinheiro nos EUA durante o período de 1973-79, causada pelo grande volume de empréstimos concedidos aos países do terceiro mundo, iniciou o processo de elevação das taxas de juros. Entre 1982 e 1988, as taxas de juros permaneceram em alta para financiar o déficit público dos EUA, gerado para reabsorver os dólares que o Japão e a Alemanha haviam conseguido através de suas políticas exportadoras.

A política norte americana de elevação das taxas de juros teve bons resultados para os países capitalistas centrais, ao recuperar as economias dos EUA, Alemanha e Japão. Mas para os países do terceiro mundo, ela teve resultados devastadores, elevando “às vezes de três a quatro vezes os volumes de recursos que deveriam pagar a título de juros de suas dívidas internacionais (contraídas no momento de juros baixos, mas com taxas de juros flutuantes)”¹.

Em 1982 estourou a crise da dívida externa. Os países credores passaram a não conceder novos empréstimos e a exigir o pagamento dos juros da dívida externa já contraída. Para pagar o serviço de suas dívidas externas, os países do terceiro mundo passaram a priorizar a formação de superávits comerciais através da contração da demanda e da adoção de “políticas de ajustes”, as quais agravaram ainda mais as condições de vida da população desses países.

2.3 A “Década Perdida” e suas Conseqüências para a Economia Brasileira

Os anos 80 representaram a ruptura com o processo de elevado crescimento alcançado pela economia brasileira durante as décadas 60 e 70. Ao contrário do período de crescimento acelerado, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, a década de 80 foi marcada por estagnação econômica, redução significativa dos níveis de investimento, elevação das taxas de inflação e aumento das desigualdades sociais, sendo por isso denominada de “década perdida”.

Entre 1980 e 1983, a economia brasileira apresentou uma forte fase depressiva, em virtude do violento impacto sobre o seu balanço de pagamentos causado pela elevação da taxa de juros dos EUA a partir do fim da década de 70 e da combinação da exigência do

¹ SANTOS, Theotonio dos, *Economia Mundial – Integração & Desenvolvimento Sustentável*, 1994, p. 18.

pagamento dos serviços da dívida externa com a restrição feita à concessão de novos empréstimos, ocasionada pela instalação da crise da dívida externa em 1982. Tal situação implicou na adoção de um conjunto de medidas para priorizar a formação de superávits comerciais.

Essas medidas objetivavam expandir as exportações, através da adoção de política de desvalorização cambial e de subsídios e incentivos à produção destinada para exportação, e reduzir as importações através da contração da demanda interna e da adoção de barreiras não tarifárias às importações.

A linha de política econômica adotada pelo governo durante esse período recessivo colocou a questão externa (gerar superávits comerciais para atender às exigências de pagamento dos serviços da dívida externa) no centro dos ajustes internos, implicando enormes prejuízos para a economia brasileira.

A contração da demanda interna, realizada por meio de políticas de “arrocho” salarial, ao cumprir seu objetivo de reduzir importações, também reduziu brutalmente o nível da atividade interna em consequência da queda da demanda agregada.

Outra consequência nociva da política econômica adotada foi a elevação dos juros internos causada pela política de crédito restritiva que limitou ainda mais o volume de recursos disponíveis para o financiamento do setor privado. Com recursos escassos e caros, os níveis de investimentos caíram extraordinariamente, agravando ainda mais a situação dos investimentos produtivos, tanto públicos como privados, já deteriorada pela falta de financiamentos externos ao país e pela elevada inflação. “*A preços constantes de 1980, a participação dos investimentos no PIB, medida pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), caiu da média de 23,3% nos anos 70, para 17,6% nos anos 80.*”²

A crise fiscal do Estado determinou uma significativa perda da capacidade de investir do governo, o que reduziu ainda mais os níveis de investimentos produtivos, especialmente os públicos. A crise fiscal que praticamente decretou a falência do Estado teve como causas básicas: redução da receita tributária da ordem de 4% do PIB nos anos 80; elevados

² LACERDA, Antônio Corrêa de. *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*, 1998, p. 91.

pagamentos com juros da dívida externa; elevados pagamentos com juros da dívida interna, a fim de financiar o déficit público; aumento dos gastos públicos, principalmente com folha de pagamentos; e perda do valor da arrecadação tributária em função das altas taxas de inflação.³

A aceleração do processo inflacionário durante o período em questão deveu-se à maxidesvalorização cambial, realizada com o objetivo de incentivar as exportações, e à queda na oferta de produtos agropecuários em virtude da ocorrência de seca no nordeste e cheia no sul. O governo não conseguiu impor freios ao processo inflacionário apenas através de políticas creditícias restritivas. A inflação passou, assim, “dos 28% em 1967 para 100% em 1980.”⁴ Essa acentuação do processo inflacionário deteriorou ainda mais os salários reais e a receita fiscal do governo.

As políticas econômicas adotadas tiveram resultados positivos sobre os saldos da balança comercial nos anos 80. A expansão das exportações e a redução das importações, conseguida às custas da redução dos níveis de atividade, foram responsáveis diretas pelos movimentos ascendentes do saldo comercial. Os saldos comerciais deixaram de registrar déficits, como o de US\$ 2.823 milhões em 1979, para registrar superávits, como o de US\$ 6.470 milhões em 1973, durante os anos 80 (BRUM, 1995). Entretanto, a maior parte desses superávits comerciais foram convertidos em pagamento dos elevados juros da dívida externa.

Entre 1984 e 1986, a economia brasileira experimentou uma rápida e curta recuperação. “Em 1984, a economia cresceu 4,5% revertendo os três anos de recessão em que o produto caiu em média 3% ao ano. O crescimento continuou em 1985, com maior intensidade ainda.”⁵ Essa recuperação deveu-se à extraordinária expansão das exportações, possibilitada pela recuperação da economia norte-americana, e aos passageiros efeitos do plano cruzado sobre salários, investimentos e gastos públicos.

Entretanto, a partir de 1987 a crise econômica volta a se instalar trazendo recessão, altas taxas de inflação e desemprego. Ainda em 1986, houve um considerável aumento dos pagamentos aos credores internacionais, causado pelo aumento do volume de amortizações

³ BRUM, Argemiro J.. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, 1995, p. 270.

⁴ CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*, 1994, p. 52.

⁵ LACERDA, op. cit., p. 89.

anuais e, principalmente, do volume da dívida, que reduziu novamente o nível de investimentos produtivos e, conseqüentemente, o crescimento econômico. O saldo da balança comercial também sofreu perdas nesse período em virtude do aumento das importações, estimulado pelo aumento do consumo interno, e da redução das exportações, causada pelo atraso cambial.

O fraco desempenho do produto e dos níveis de investimento, durante toda a década de 80, impactaram negativamente os indicadores sociais e a distribuição de renda da economia brasileira. O período foi marcado pelo agravamento da concentração de renda. A renda dos 10% mais ricos da população brasileira passou de 46,6% da renda total em 1981 para 53,2% em 1989, representando um aumento de 14,2%. Já a renda dos 20% mais pobres passou de 2,7% da renda total em 1981 para 2% em 1989, significando uma queda de 25,9%. No mesmo período, os 50% mais pobres tiveram sua renda reduzida de 14,4% para 10,4% da renda total. (LACERDA, 1998)

Dessa forma, os anos de estagnação econômica que caracterizaram a “década perdida” deixaram profundas marcas na economia brasileira: aumento do atraso produtivo e tecnológico em relação aos demais países capitalistas centrais, falência do Estado e degradação das condições de vida e de trabalho da população.

Essa dramática situação da economia brasileira trouxe à tona o desejo, por parte dos agentes produtores, de mudar o modelo de desenvolvimento, ou a ausência do mesmo, conforme já vinha ocorrendo em outros países da América Latina desde a segunda metade dos anos 80. O Brasil só tomou essa decisão no início dos anos 90.

2.4 Abertura Comercial e Reestruturação Produtiva nos Anos 90: uma Tentativa de Inserção na Economia Mundial

No fim dos anos 80 e início dos anos 90, ficou constatado o atraso econômico do Brasil em relação às economias dos países centrais e dos novos países industrializados, conhecidos como *New Industrial Countries* (NIC's). O Brasil iniciou a nova década em uma situação de extrema desvantagem em relação a esses países.

Os baixos níveis de investimentos produtivos realizados no Brasil durante a década anterior determinaram a existência de uma precária infra-estrutura econômica (energia, telecomunicações, transportes, etc.) no início dos anos 90. Eles também determinaram uma significativa perda de competitividade da indústria brasileira no mercado mundial, em decorrência, principalmente, de seu atraso tecnológico e produtivo e de sua baixa produtividade. As exportações industriais brasileiras, apesar de terem experimentado crescimento no período de 1980 a 1990, perderam significativo espaço no comércio mundial para as exportações do NIC's asiáticos, os quais ao combinarem avanços tecnológicos com trabalho barato conseguem produtos mais baratos e de maior qualidade que os brasileiros.

Outra herança negativa da “década perdida” e que agrava a desvantagem competitiva do Brasil é a baixa qualidade e a insuficiência dos ensinos básico e profissional, resultando na formação de trabalhadores com baixos níveis de qualificação e especialização, com dificuldade de adaptação às novas tecnologias. Essa situação decorre do Estado brasileiro nunca ter priorizado os investimentos no setor educacional, ao contrário dos países asiáticos que utilizaram o fornecimento de educação à população como estratégia primordial para seus desenvolvimentos.

Diante dessa situação, surgiu a necessidade de determinar uma nova política econômica que possibilitasse a reestruturação das forças produtivas, buscando recuperar o atraso tecnológico, e a adaptação às transformações, cada vez mais velozes, da economia mundial.

Embora tenha sido iniciado no fim dos anos 80, o processo de abertura da economia brasileira intensificou-se no início dos anos 90, quando o governo Collor, seguindo as orientações determinadas pelos organismos internacionais no Consenso de Washington, adotou políticas econômicas que visavam: a liberalização dos fluxos comerciais, a atração de investimentos externos, a desregulamentação da economia, a redução do papel do Estado, a privatização das empresas estatais, a renegociação da dívida externa no âmbito do Plano Brady, e a supervisão dessas políticas pelas instituições multilaterais situadas em Washington (FMI, Banco Mundial e BID).

As bases do processo de liberalização e abertura da economia brasileira foram lançadas através da adoção de uma nova política industrial e de comércio exterior. Essa

política tinha como objetivo principal “o aumento da eficiência da produção e da comercialização de bens e serviços, através da modernização e reestruturação da indústria”⁶ nacional e de sua posterior exposição à concorrência internacional.

A fim de alcançar esse objetivo, seriam adotadas as seguintes estratégias:

- a) “Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação da distribuição indiscriminada e não transparente de incentivos e subsídios e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência;
- b) Reestruturação competitiva da indústria mediante adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio creditício e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica;
- c) Fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos e desenvolvimento de novos setores, através de maior especialização da produção;
- d) Exposição da indústria à competição internacional, visando maior inserção no mercado externo, melhora da qualidade e preço no mercado interno e aumento da competição em setores oligopolizados;
- e) Capacitação tecnológica da empresa nacional, através de proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e do apoio à difusão das inovações nos demais setores.”⁷

Os investimentos realizados através da concessão de financiamentos públicos, deveriam ser estrategicamente destinados à modernização da estrutura produtiva existente, à ampliação da capacidade produtiva através de expansão ou instalação de nova estrutura, e à modernização e expansão dos setores de infra-estrutura, inclusive com a participação da iniciativa privada.

A política de abertura comercial do governo Collor, no intuito de expor à concorrência internacional a baixa competitividade da indústria nacional e forçá-la, com isso, a tornar-se mais competitiva, reduziu a tarifa média brasileira de 35,5% em 1989 para 32% em 1990. As conseqüências dessa política logo se fizeram sentir com a redução de 50% da

⁶ *Ibidem*, p. 106.

⁷ GUIMARÃES, Eduardo Augusto. “A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil – uma Avaliação”. IN: LACERDA, op. cit., p. 106.

produção de algodão, 70% da de trigo, fechamento de várias linhas de produção de eletrônicos na Zona Franca de Manaus e crescentes níveis de importações de auto-peças e de bens de consumo, com destaque para os automóveis. (CANO, 1994)

Desta forma, diante da rápida efetivação da abertura e liberalização da economia, grande parte das empresas nacionais não tiveram tempo para se modernizar antes de serem expostas à crescente competição externa. Esse fato juntamente com as dificuldades impostas pela recessão, causada pelos planos de estabilização econômica (planos Collor I e Collor II), deflagraram um processo de reestruturação produtiva nas empresas nacionais que teve início nos primeiros anos desta década e se estendeu durante os anos seguintes.

Esse processo de reestruturação não significa investimentos em ampliação da capacidade produtiva, mas sim um processo de adaptação das empresas ao novo cenário de abertura que se delineava, ou em outras palavras, as empresas têm adotado estratégias para sobreviver à nova realidade. As principais estratégias adotadas pelas empresas nesse processo de adaptação são (LEITE, 1994):

- “desverticalização” ou “descentralização” da produção, ou seja, concentração dos esforços da empresa na produção dos produtos sobre os quais detêm evidentes vantagens competitivas. A produção dos demais componentes necessários à produção do produto final deve ser externalizada. A empresa passa a manter relações de subcontratação e cooperação com fornecedores e distribuidores, reduzindo o número de processos dentro da unidade produtiva, que também se reduzirá, tornando-se mais especializada e mais facilmente gerenciada;
- “terceirização” de algumas atividades que antes eram realizadas pela própria empresa, mas que não faziam parte de sua atividade fim, possibilitando expressiva redução dos custos com mão-de-obra, já que ao subcontratar trabalho, a empresa-cliente transfere para a empresa terceira os vínculos empregatícios e suas conseqüentes obrigações legais, como férias remuneradas, 13º salário, obrigações previdenciárias, etc. Essas relações de subcontratação de mão-de-obra precarizam as condições de trabalho ao determinarem redução dos salários e dos benefícios sociais praticados pelas empresas terceiras em relação aos praticados pelas empresas-clientes;

- implantação de novas formas de gestão do trabalho a partir da difusão de programas de qualidade e produtividade, apontando para a preocupação com a formação de mão-de-obra qualificada e especializada.

Ressalte-se que dentre as mudanças realizadas pelas empresas nacionais, no contexto de adaptação aos desafios advindos com a abertura e liberalização econômica, ainda não houve mudança do padrão de produção com a implantação da “automação flexível”. Algumas empresas nacionais ainda se encontram no padrão fordista de produção.

Após o fim do governo Collor, o processo de globalização da economia brasileira teve continuidade e com ainda maior força, através das políticas neoliberais e do plano de estabilização econômica (plano Real) adotados durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Mas o processo de adaptação ao novo cenário da economia aberta não está sendo fácil para as empresas domésticas, nem mesmo para os grandes grupos oligopolistas nacionais, em virtude da conjunção entre a extraordinária competição imposta pelos capitais internacionais gigantes que têm se instalado no Brasil, a concorrência com os produtos importados, que em geral têm preços bem inferiores aos dos produtos nacionais, e os ajustes macroeconômicos determinados pelos planos de estabilização implantados nos anos 90. Muitas empresas não resistiram a essa conjunção de fatores e acabaram sendo extintas ou tendo que se associar a outros capitais, em geral estrangeiros, através de fusões entre os capitais ou de sua aquisição pelo capital mais forte.

2.5 Ambiente Macroeconômico

O processo de globalização da economia brasileira vem sendo acompanhado por ajustes macroeconômicos determinados pelas sucessivas políticas econômicas de estabilização adotadas durante os anos 90.

Em julho de 1994, foi adotado o atual plano de estabilização econômica, o plano Real, determinando severos ajustes macroeconômicos a partir da ênfase dada às políticas cambial e monetária.

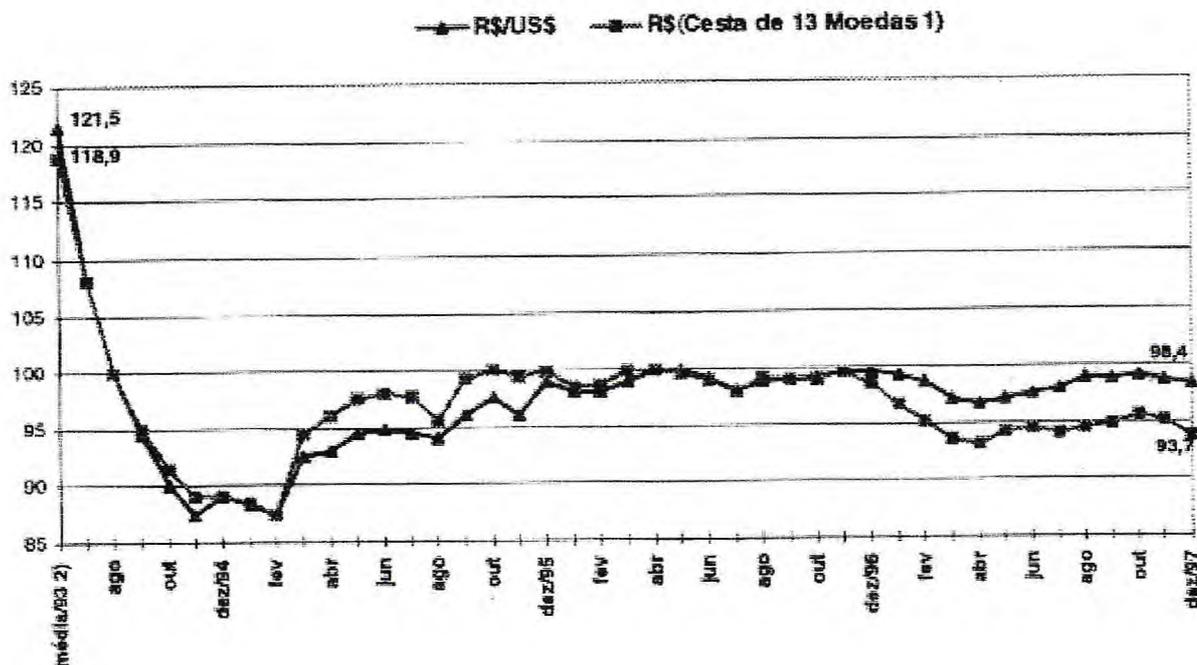
A política de estabilização do plano Real tem se baseado na sobrevalorização do câmbio e nas elevadas taxas de juros reais. Os elevados juros representam um enorme atrativo ao capital especulativo internacional. Esse capital tem sido a principal fonte de crescimento das reservas internacionais brasileiras, as quais permitem que a taxa de câmbio real⁸ se mantenha sobrevalorizada. Sendo os capitais especulativos internacionais muito voláteis e tendo seus movimentos determinados pela busca de maiores rentabilidades, a taxa de juros interna tem sido mantida elevada, em níveis superiores à taxa de juros praticada internacionalmente, a fim de garantir a permanência desses capitais na formação das reservas cambiais.

Se por um lado a elevação das taxas de juros representa o crescimento das reservas cambiais, fundamentais para a política de estabilização adotada, por outro lado, a manutenção desses juros determina elevadíssimos custos à economia nacional. Os juros elevados deterioram as contas públicas, aumentando os gastos públicos com o pagamento dos juros da dívida interna e dos juros aos capitais especulativos, aumentam a inadimplência, reduzem os níveis de investimentos produtivos, face aos elevados ganhos proporcionados pelo mercado financeiro, e conseqüentemente reduzem os níveis de produção.

A taxa de câmbio real tem sido mantida sobrevalorizada, desde o início do plano Real, a fim de viabilizar o controle indireto dos preços dos produtos nacionais via crescente competição dos produtos importados. O gráfico 2.1 apresenta a evolução da taxa de câmbio entre Real e Dólar (R\$/US\$) e da taxa de câmbio entre o Real e uma cesta hipotética de moedas, desde o período anterior ao plano de estabilização até dezembro de 97. Percebe-se uma sobrevalorização do real nas duas taxas de câmbio.

⁸ Taxa de câmbio real corresponde à taxa de câmbio nominal corrigida pela relação entre o índice de preços atacadista externo e o índice de preços atacadista nacional.

Gráfico 2.1 – Evolução da Taxa de Câmbio Real
Base: Agosto 1994 = 100



FONTE: LACERDA (1998, p. 119), a partir dos dados do Boletim da FUNCEX.

A sobrevalorização cambial combinada com a eliminação das restrições à importação e a redução das alíquotas propiciadas pela abertura econômica tem implicado um crescimento extraordinário das importações. Se por um lado esse crescimento gera ganhos para os consumidores, em virtude da queda dos preços dos produtos nacionais, por outro, impõe desleal competição às empresas nacionais e substitui grande parte da produção local por importação.

Entretanto o aumento das importações não tem sido acompanhado pelo aumento das exportações, dado o desestímulo que a sobrevalorização cambial oferece às exportações. Esse descompasso entre volume de importações e volume de exportações tem gerado consecutivos déficits na balança comercial brasileira.

Embora a política econômica adotada tenha conseguido expressivo controle do processo inflacionário, os custos dessa estabilização têm sido bastante elevados. A sobrevalorização da taxa de câmbio e as elevadas taxas de juros, aliadas aos efeitos da abertura econômica, têm representado elevado ônus econômico e social para o país. Essa

combinação de fatores vem criando um ambiente macroeconômico desfavorável às empresas nacionais sacrificando o nível de atividade interno, com impactos danosos sobre o nível de emprego da economia. Soma-se a esses fatores a pesada carga tributária incidente sobre a produção, trabalho e exportações que eleva os custos das empresas nacionais, implicando perda de competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado interno como no externo, e as constantes mudanças na condução da política econômica, aumentando as incertezas para os capitais produtivos instalados no país e desestimulando novos investimentos produtivos.

Dessa forma, a atual estratégia de política econômica, baseada em elevadas taxas de juros e em câmbio sobrevalorizado, tem priorizado a manutenção de baixas taxas de inflação em detrimento do crescimento econômico.

É evidente que a estabilização econômica é importante para a obtenção do desenvolvimento, entretanto, ela não é condição suficiente para o mesmo. Se faz necessário adotar estratégias de estabilização de longo prazo, baseadas na realização de ajustes fiscal e monetário às quais devem ser adicionadas estratégias de política industrial e tecnológica, atração de investimentos diretos e estímulos às exportações a fim de proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento econômico.

2.6 Desempenho da Balança Comercial

O extraordinário incremento das importações, ocorrido principalmente após a implantação do plano Real, deve-se à sobrevalorização cambial aliada à abertura e liberalização econômica, que determinaram a eliminação das restrições à importação e a significativa redução das alíquotas tarifárias. As importações saltaram de US\$ 25,8 bilhões em 1993 para US\$ 61,5 bilhões em 1997, como mostram os dados da tabela 2.3, representando um crescimento de 143% em apenas 4 anos.

Se por um lado a ampliação das importações tem beneficiado consumidores com a redução dos preços dos produtos nacionais via concorrência com os importados, por outro, tem prejudicado as empresas nacionais que incorrem no pesado ônus de concorrer com os produtos estrangeiros, geralmente mais baratos e de melhor qualidade que os nacionais.

O efeito da sobrevalorização cambial sobre as exportações é oposto ao ocorrido com as importações. As exportações brasileiras passaram de US\$ 38,7 bilhões em 1993 para US\$ 53,0 bilhões em 1997, conforme tabela 2.3, crescendo apenas 37% no referido período. O fraco desempenho das exportações brasileiras, tem determinado reduções da participação do Brasil no comércio mundial, desde início dos anos 90, como pode ser verificado na tabela 2.1.

Tabela 2.1 - Participação do Brasil no Comércio Mundial

Período	Brasil (US\$ bilhões)		Mundo (US\$ bilhões)		% Brasil no Mundo		% Brasil na corrente de comércio
	Export. (1)	Import. (1)	Export. (2)	Import. (2)	Export.	Import.	
1980	20,1	24,9	1.920,7	1.999,1	1,0	1,2	1,1
1981	23,2	24,0	1.899,6	1.982,1	1,2	1,2	1,2
1982	20,1	21,0	1.752,8	1.852,9	1,1	1,1	1,1
1983	21,9	16,8	1.711,9	1.793,1	1,2	0,9	1,1
1984	27,0	15,2	1.817,9	1.911,3	1,4	0,8	1,1
1985	25,6	14,3	1.848,6	1.935,1	1,3	0,7	1,0
1986	22,3	15,5	2.034,4	2.114,3	1,1	0,7	0,9
1987	26,2	16,5	2.391,6	2.473,7	1,1	0,6	0,8
1988	33,4	16,0	2.729,3	2.821,9	1,2	0,5	0,8
1989	34,3	19,8	2.965,5	3.040,8	1,1	0,6	0,9
1990	31,4	22,5	3.379,0	3.466,2	0,9	0,6	0,7
1991	31,6	22,9	3.477,5	3.584,0	0,9	0,6	0,7
1992	35,7	23,0	3.722,9	3.838,2	0,9	0,6	0,7
1993	38,6	27,7	3.714,7	3.769,7	1,0	0,7	0,8
1994	43,5	35,5	4.224,7	4.281,9	1,0	0,8	0,9
1995	46,5	53,7	5.098,2	5.141,3	0,9	1,0	0,9
1996	47,7	56,9	5.293,5	5.339,8	0,9	1,0	0,9

Fonte: LACERDA (1998, p. 128), a partir de dados do FMI.

Obs.: os dados para o Brasil por vezes divergem dos publicados internamente.

(1) FOB (2) CIF

A sobrevalorização cambial não é a única responsável pela perda de espaço dos produtos brasileiros nas relações comerciais internacionais. Os principais concorrentes do Brasil no mercado mundial são os países emergentes asiáticos. Esses países, em geral, aliam elevados níveis de modernização tecnológica, alta produtividade e trabalho barato, o que lhes confere elevada capacidade competitiva no mercado internacional. A tabela 2.2 mostra que enquanto as exportações brasileiras cresceram 6,9% entre 1990 e 1996, as exportações mexicanas, por exemplo, cresceram 23,4% no mesmo período.

**Tabela 2.2 - Desempenho das Exportações
Países Selecionados 1990-1996**

País	%
Brasil	6,9
Taiwan	9,2
Índia	10,3
México	23,4
Coréia	12,2
Chile	10,3
Hong Kong	13,1
China	15,7
Malásia	17,2

Fonte: LACERDA (1998, p. 129), a partir de dados do International Financial Statistics Yearbook.

O extraordinário crescimento das importações frente às exportações reflete-se na balança comercial a partir de 1995, transformando superávits, como o de US\$ 12,9 bilhões em 1993, em déficits, como o de US\$ 8,5 bilhões em 1997.

Tabela 2.3 - Balança Comercial Brasileira (US\$ bilhões)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Exportação	31,4	31,6	35,8	38,7	43,6	46,5	47,7	53,0
Importação	20,7	21,0	20,6	25,8	33,2	50,0	53,3	61,5
Saldo	10,7	10,6	15,2	12,9	10,4	-3,5	-5,6	-8,5

Fonte: LACERDA (1998, p. 130), a partir de dados da Cacex/FUNCEX.

2.7 Desempenho do Balanço de Pagamentos

A balança de transações correntes brasileira (composta pela balança comercial, balança de serviços e transferências unilaterais) vem apresentando crescentes e sucessivos saldos negativos desde 1993. O déficit em transações correntes evoluiu de US\$ 592 milhões em 1993 para US\$ 33,4 bilhões em 1997, registrando o espetacular crescimento de 5.548,5% no período. Têm contribuído para tal fato os déficits registrados na balança comercial, em menor escala e os saldos negativos da balança de serviços, em maior escala.

O crescente desempenho negativo apresentado pela balança de serviços deve-se principalmente ao crescimento dos gastos com o turismo internacional, estimulado pela

sobrevalorização cambial, e aos elevados pagamentos de juros feitos ao exterior. Sendo grande parte desses juros pagos ao capital especulativo internacional, então o crescimento do déficit na balança de serviços também decorre das elevadíssimas taxas de juros praticadas no mercado interno. O déficit na conta de serviços passou de US\$ 15,6 bilhões em 1993 para US\$ 27,3 bilhões em 1997, representando um crescimento de 775% no período e debilitando sobremaneira o saldo da balança de transações correntes, conforme tabela 2.4.

Tabela 2.4 - Balanço de Pagamentos - Itens Selecionados e Correlações
(em US\$ milhões)

	1993	1994	1995	1996	1997
Exportações	35.793	38.563	43.545	46.506	52.986
Importações	22.486	28.027	46.702	52.045	61.358
Saldo balança comercial FOB	13.307	10.466	-3.157	-5.539	-8.372
Serviços	-15.585	-14.743	-18.600	-21.707	-27.287
Transações unilaterais	1.686	2.588	3.973	2.899	2.220
Transações correntes	-592	-1.689	-17.784	-24.347	-33.439
(Em % das exportações)	(1,7%)	(4,4%)	(40,8%)	(52,4%)	(63,1%)
Investimento direto estrangeiro	1.435	2.389	3.487	9.500	17.000
(Em % transações correntes)	(142,3%)	(141,4%)	(19,6%)	(39,0%)	(50,8%)

Fonte: LACERDA (1998, p. 131), a partir de dados do Banco Central.

Um aspecto positivo no recente desempenho do balanço de pagamentos tem sido uma melhora quantitativa e qualitativa da conta de movimentos de capitais. Essa melhora é representada pelo crescimento dos investimentos diretos estrangeiros, significando entrada de capitais que vão para a esfera produtiva e que têm maior prazo *vis a vis* a entrada de capitais especulativos, e pelo alongamento da dívida externa no mercado internacional, significando que as dívidas serão amortizadas em períodos maiores, penalizando menos a conta de amortizações do balanço de capitais.

Ressalte-se que o déficit em transações correntes tem sido financiado através de novos empréstimos e obrigações contraídos com o exterior, os quais inevitavelmente implicarão em novas remessas de dólares ao exterior, sob a forma de juros, lucros, dividendos e *royalties*. Gera-se, assim, um efeito “bola de neve” onde o déficit em transações correntes é financiado com empréstimos e obrigações que o realimentarão posteriormente.

Uma boa parcela do déficit em transações correntes vem sendo financiada pelas aplicações de fundos estrangeiros (capital especulativo internacional representado pelos

grandiosos investidores institucionais, fundos de pensão e fundos mútuos de investimentos) no Brasil sob a forma de títulos públicos e privados, ações, etc., e pelo lançamento de títulos da dívida (bônus, *commercial papers*, notas, etc.) de bancos, empresas brasileiras e do próprio governo nos mercados financeiros internacionais.

Outra parcela, muito significativa por sinal, do déficit corrente tem sido financiada pelos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Conforme pode ser observado na tabela 2.4, o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros (1.084,67% entre 1993 e 1997) tem representado crescente financiamento do déficit em transações correntes. Em 1997, esses investimentos atingiram o montante de US\$ 17 bilhões, representando um financiamento de mais de 50% do déficit em transações correntes. Entretanto, segundo dados recentes da Sociedade Brasileira de Estudos e Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), cerca de 33% desses investimentos está sendo dirigida para o setor de serviços (bancos, energia elétrica, telecomunicações, etc.), que não gera divisas, por ser voltado para o mercado interno, mas que certamente produzirá remessas substanciais de lucros para o exterior, por ser um setor dinâmico e rentável. Desta forma, troca-se um expressivo e único ingresso de divisas, quando da realização do IDE, por substanciais saídas ao longo dos anos, quando das remessas de lucros.

Diante do exposto, torna-se evidente a insustentabilidade da trajetória atual do balanço de pagamentos brasileiro: elevados déficits e extremada dependência de capitais externos.

2.8 Desempenho do Produto Interno Bruto (PIB)

O Brasil vem enfrentando entraves ao seu crescimento econômico desde os anos 80. Mesmo com a queda das taxas de inflação e a conseqüente maior previsibilidade do ambiente econômico, ocorridas após a implantação do plano Real, o crescimento da economia brasileira tem se mantido em níveis muito baixos, chegando ao minúsculo crescimento de 0,15% em 1998, conforme demonstram os dados da tabela 2.5.

Tabela 2.5 - Produto Interno Bruto (PIB) - Total e Por Setor
Crescimento % a.a.

Setor	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999*
Agropecuária	-4,4	+2,0	+8,0	-1,9	+7,5	+5,0	+3,0	+5,2	n/d	n/d
Indústria	-8,6	0,0	-4,1	+9,0	+7,0	+2,5	+2,5	+4,6	n/d	-6,6
Serviços	-0,7	+2,1	-0,1	+3,5	+4,0	+4,5	+3,5	+2,5	n/d	n/d
PIB total	-4,0	+0,9	-1,0	+4,8	+5,7	+4,2	+3,0	+3,0	+0,15	-3,00

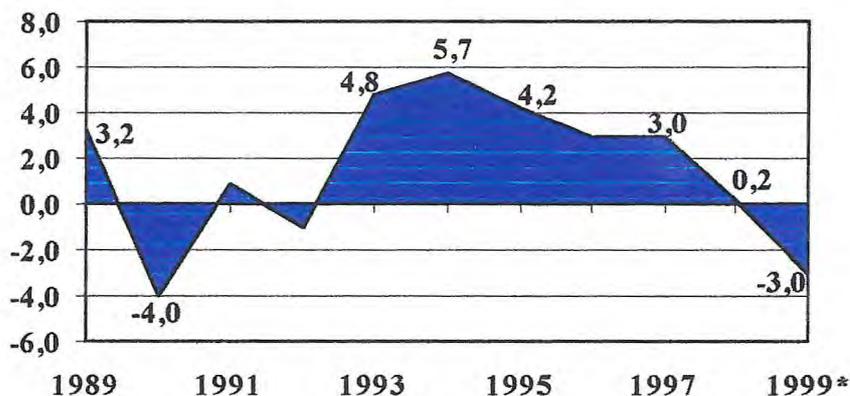
Fonte: IBGE.

n/d: dados não tabulados

* Estimativa IPEA

Segundo estimativas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o PIB brasileiro poderá registrar uma queda de aproximadamente 3% no ano de 1999. No primeiro trimestre do ano, ainda segundo o IPEA, a redução do PIB será de 4% em relação ao mesmo período de 1998, sendo o setor industrial o principal responsável por essa redução ao registrar retração de 6,6% no referido período. Se essas expectativas se confirmarem, o Brasil terá o pior resultado desde 1990, quando o PIB sofreu uma queda de 4,3%, conforme gráfico 2.2.

Gráfico 2.2 - Produto Interno Bruto
Crescimento %



Fonte: Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, p. 3, 5/2/99

*Estimativa IPEA

A política econômica, realizada através da estratégia de estabilização via taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado, tem renegado a questão do crescimento a segundo plano. A estratégia câmbio-juros, aliada à abertura e desregulamentação do mercado brasileiro, tem criado um cenário desfavorável às empresas nacionais, submetendo-as a níveis

extremos de concorrência com os produtos importados e com as grandes empresas estrangeiras que têm se instalado no país.

Os investimentos produtivos, tanto públicos como privados, têm ocorridos em níveis insuficientes, inviabilizando o crescimento econômico, durante toda a década de 90. Tal fato decorre, em parte, do cenário macroeconômico desfavorável, caracterizado por elevadas taxas de juros que desestimulam os investimentos produtivos ao torná-los mais caros e ao oferecer ganhos mais vantajosos no mercado financeiro.

Outro fator responsável pelos baixos níveis de investimentos produtivos é a crescente carência de poupança interna, conforme pode ser observado na tabela 2.6, a poupança interna passou de 25% do PIB em 1989 para um pouco mais de 16% do PIB em 1995/96. Dos componentes da poupança interna total, a poupança do governo é a que mais tem se deteriorado, passando a registrar saldos negativos a partir de 1995. Sendo a poupança do governo sua capacidade de realizar investimentos sem precisar de outras fontes de financiamentos, então, a redução dos saldos da poupança do governo implica em redução dos investimentos públicos.

Tabela 2.6 - Composição da Poupança a Preços Correntes em % do PIB

Ano	Doméstica			Externa	Total
	Governo	Setor Privado	Total		
1989	-1,9	26,9	25,0	-0,2	24,8
1990	5,5	15,2	20,7	0,9	21,6
1991	3,3	15,1	18,4	0,4	18,8
1992	1,3	19,2	20,5	-1,6	18,9
1993	2,6	16,5	19,1	0,1	19,2
1994	3,4	15,9	19,3	0,3	19,6
1995	-1,7	18,5	16,8	2,4	19,2
1996	-1,0	16,4	15,4	3,2	18,6
1981/89	-1,6	20,8	19,2	1,6	20,8
1990/94	3,2	16,4	19,6	0,0	19,6
1995/96	-1,4	17,5	16,1	2,8	18,9

Fonte: LACERDA (1998, p. 116), a partir de dados do IBGE e Banco Central.

Em 1996, previsão

Apesar da arrecadação tributária do governo ter crescido significativamente, com a expansão da carga tributária bruta de 25% do PIB em 1993 para quase 30% do PIB em 1997⁹, os elevados gastos com o pagamento dos juros da dívida pública, interna e externa, têm determinado saldos negativos na poupança do governo em conta corrente, limitando a capacidade de investimentos públicos.

As elevadas taxas de juros praticadas no mercado interno atraem grandiosos volumes de capitais especulativos internacionais, expandindo, em contrapartida, o volume da dívida pública interna e os gastos com pagamento dos serviços dessa dívida. As altas taxas de juros oneram sobremaneira as contas públicas, determinando um crescimento espetacular dos gastos públicos financeiros e uma conseqüente expansão do déficit público.

Desta forma, a estratégia da política econômica em vigor tem penalizado o crescimento econômico através da manutenção da dobradinha de juros elevados e câmbio sobrevalorizado. Se faz necessário rever a atual política econômica, que tem imposto elevados custos à economia brasileira, e passar a priorizar o crescimento econômico através da adoção de novas estratégias de estabilização mais sólidas e menos custosas.

2.9 Investimentos Diretos Externos (IED)

Com a intensificação da abertura comercial, os investimentos diretos estrangeiros destinados ao Brasil vêm crescendo extraordinariamente desde 1993, embora seus níveis ainda se encontrem muito abaixo dos ocorridos na década de 70. Tal fato elevou a posição do Brasil no ranking dos países que mais recebem investimentos diretos estrangeiros, subindo rapidamente da 16^a posição em 1994 para a 5^a posição em 1996 (ver tabela 2.7).

⁹ Quem Disse Que o Estado é Mínimo? EXAME, São Paulo, nº 10, Edição 661, p. 26-27, mai/1998.

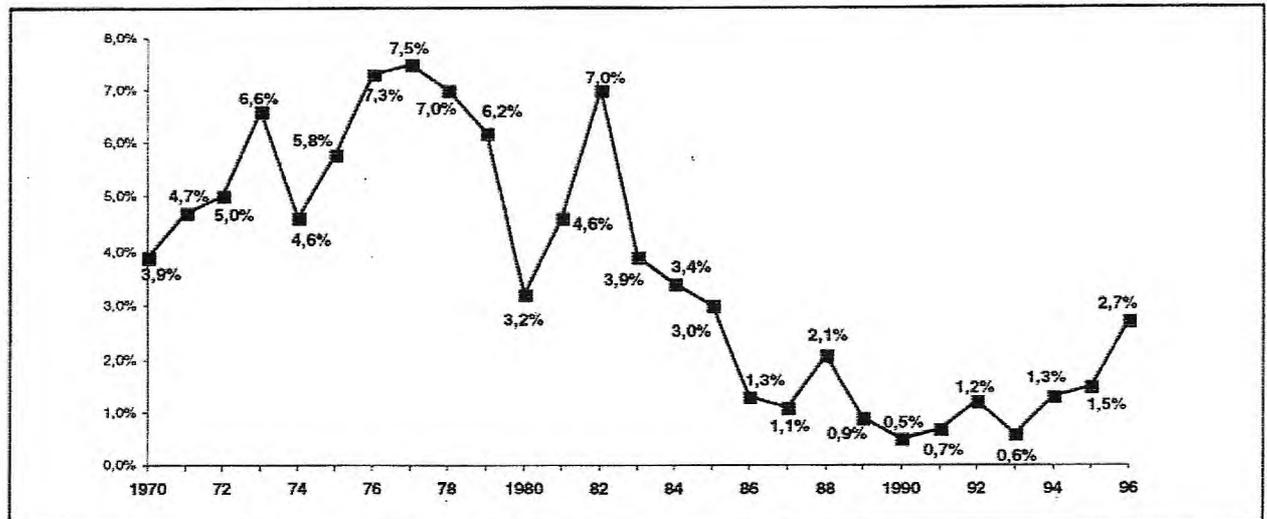
Tabela 2.7 - Principais Países Receptores de Investimento Direto Estrangeiro

Ranking	1994		1995		1996	
	País	US\$ bilhões	País	US\$ bilhões	País	US\$ bilhões
1º.	EUA	49,9	EUA	60,8	EUA	84,6
2º.	China	33,7	China	35,8	China	42,3
3º.	França	16,6	França	23,7	R.Unido	30,0
4º.	México	10,9	R.Unido	22,0	França	20,8
5º.	R.Unido	10,3	Suécia	14,2	Brasil	9,5
6º.	Espanha	9,3	Austrália	14,2	Cingapura	9,4
7º.	Bel./Lux.	8,5	Holanda	10,7	Indonésia	7,9
8º.	Holanda	7,3	Bel./Lux.	10,2	México	7,5
9º.	Canadá	7,2	Alemanha	8,9	Espanha	6,3
10º.	Suécia	6,2	México	6,9	Holanda	6,2
11º.	Cingapura	5,4	Cingapura	6,9	Austrália	6,0
12º.	Dinamarca	5,0	Espanha	6,1	Suécia	5,4
13º.	Malásia	4,3	Itália	4,8	Malásia	5,3
14º.	Suíça	4,1	Brasil	4,8	Polônia	5,1
15º.	Austrália	3,8	Hungria	4,5	Argentina	4,2
16º.	Brasil	3,0	Indonésia	4,3	Alemanha	3,8

Fonte: Rumos nº 149, Jun/98, p.23, a partir de dados do World Investment Report 1997/Sobeet.

Embora o percentual dos fluxos mundiais de investimentos diretos absorvido pelo Brasil tenha crescido de 0,6% em 1993 para 2,7% em 1996, ele ainda está muito abaixo dos 7% do fluxo mundial de investimento destinado ao Brasil em alguns anos da década de 70, conforme pode ser verificado no gráfico 2.3.

**Gráfico 2.3 – Participação do Brasil nos Fluxos Mundiais de Investimentos Diretos Estrangeiros
1970-1996**



Fonte: LACERDA (1998, p. 133), a partir de dados da UNCTAD - WIR – World Investment Report – diversos números / Sobeet

Ressalte-se a grande concentração dos investimentos diretos estrangeiros nos setores de bens de consumo duráveis, especialmente nos de eletrodomésticos, eletro-eletrônicos em geral e automóveis, representando 72% do total de investimentos estrangeiros. A atratividade desses setores pode ser explicada pela grande expansão do mercado interno ocorrida para seus produtos em virtude do aumento do poder de compra dos consumidores de baixa renda proporcionado pela estabilização econômica.

Destaque-se, também, a grande participação dos investimentos diretos estrangeiros nas privatizações das empresas estatais. Da receita total proporcionada pelas vendas das empresas públicas, US\$ 37,6 bilhões até março de 1998, 27,6% decorre dos investimentos estrangeiros, sendo que desse percentual 17% são investimentos norte-americanos, 4% espanhóis, 2,1% chilenos e 1,3% franceses. (Lacerda, 1998)

Entretanto grande parte desses investimentos diretos tem ocorrido sob a forma de fusões ou aquisições de empresas já instaladas no mercado nacional, a fim de aproveitar a estrutura da firma adquirida, bem como seu mercado consumidor. Os investimentos diretos estrangeiros realizados na forma de novas instalações ocorrem em menor proporção que as fusões e aquisições.

Por um lado, a entrada de empresas estrangeiras no país tem trazido benefícios ao nível de bem-estar dos consumidores, devido à redução dos preços e ao aumento da qualidade dos produtos negociados no mercado nacional. Essas empresas, em geral, também são responsáveis por grande parte das inovações tecnológicas difundidas nos setores produtivos em que atuam.

Por outro lado, a entrada de novos concorrentes estrangeiros, em geral mais avançados tecnologicamente, no mercado nacional tem penalizado as empresas nacionais, especialmente as de porte relativamente menor. Isso ocorre porque as empresas transnacionais, por operarem com economias de escala e por terem maior poder econômico, podem manter seus preços abaixo dos praticados no mercado local, forçando a saída de empresas locais do mercado. Elas também podem se utilizar de *dumping* para conseguirem aumentar sua participação no mercado, através da eliminação da concorrência. Diante da inexistência de ações efetivas, por parte dos órgãos nacionais responsáveis, que eliminem ou pelo menos reduzam o abuso de poder por parte das grandes empresas estrangeiras, a concorrência predatória por elas imposta, tem determinado falências e/ou debilitamento das empresas nacionais, desencadeando novas fusões e aquisições e aumentando o grau de concentração e de desnacionalização do mercado doméstico.

2.10 Privatizações

A privatização das empresas estatais teve início em 1990 com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), tendo se intensificado a partir de 1996. A transferência de empresas públicas para o setor privado faz parte da estratégia, determinada pelo modelo neoliberal imposto pelos organismos internacionais, de globalização da economia brasileira e de formação do Estado mínimo, o qual deve se manter fora da esfera econômica, atuando apenas em áreas restritas como saúde, educação, diplomacia, etc. Até março de 1998 foram vendidas 76 empresas, resultando em uma arrecadação total de US\$ 37,6 bilhões e na transferência de dívidas da ordem de US\$ 10 bilhões para os novos proprietários. Estima-se ainda uma arrecadação da ordem de US\$ 70 a 80 bilhões com as privatizações que irão ocorrer no período entre 1999 e 2000.

Destaca-se a expressiva participação, no processo de privatização de grandes grupos oligopolistas estrangeiros, algumas vezes associados a grandes grupos nacionais. Esses grupos estrangeiros são atraídos pelos grandiosos lucros proporcionados especialmente pelos setores financeiro, energético e de telecomunicações, implicando em grandes disputas pela posse das empresas públicas que atuam nesses setores.

O processo de privatizações das empresas públicas tem implicado em substanciais perdas tanto para o governo, que vem se desfazendo de seu patrimônio e de sua fonte de receitas produtivas, como para a sociedade como um todo.

2.11 Emprego

Nos primeiros anos da década de 90, as condições do mercado de trabalho foram agravadas pelo início da inserção do Brasil na “*nova ordem*” internacional, através da abertura e desregulamentação da economia e da reestruturação produtiva das empresas nacionais, e pela conseqüente retração das atividades produtivas. O crescimento do desemprego e a ampliação do mercado de trabalho informal causaram a expansão da pobreza e a precarização das condições de trabalho.

Após 1994, a intensificação do processo de globalização da economia brasileira, através da desregulamentação econômica e da adoção de políticas de ajustes macroeconômicos, tem agravado ainda mais as condições do mercado de trabalho brasileiro.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED do Ministério do Trabalho, entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997 foram eliminados cerca de 2,560 milhões de empregos no mercado de trabalho formal, sendo que aproximadamente 60,0% desses empregos situavam-se na indústria de transformação. Esse declínio no número de postos de trabalho origina-se do processo de abertura e liberalização econômica, realizado sem o acompanhamento de mecanismos de prevenção ao dumping e à concorrência estrangeira desleal e predatória, e dos ajustes macroeconômicos realizados. Três fatores principais explicam o declínio do emprego na indústria (Ministério do Trabalho, 1998):

1º) A concorrência das empresas estrangeiras, muito mais avançadas tecnológica e organizacionalmente, e a concorrência dos produtos importados, viabilizada pela valorização cambial, vêm impondo pesados ônus às empresas nacionais, desencadeando processos de falência, fusões e aquisições pelos grandes grupos oligopolistas internacionais;

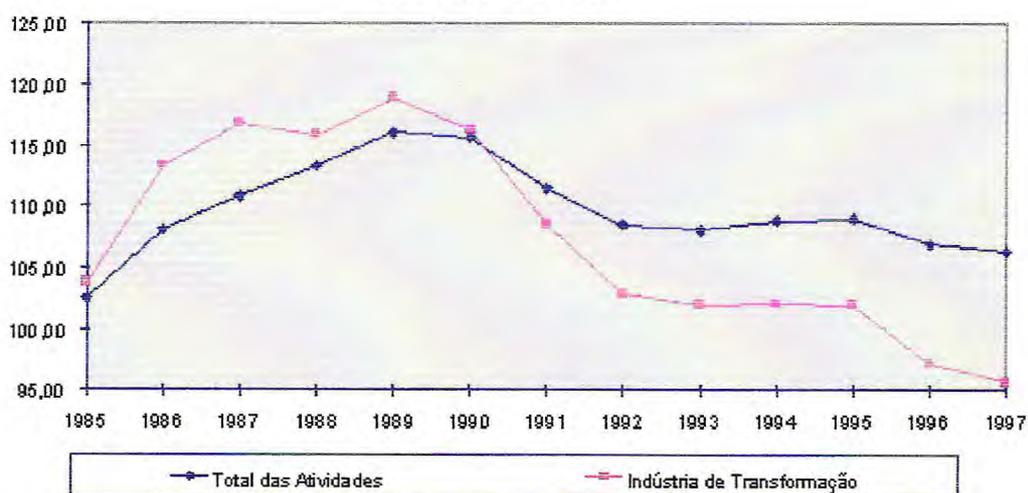
2º) A reestruturação produtiva das indústrias nacionais, realizada como forma de adaptação ao novo cenário de competição internacional, tem elevado os ganhos de produtividade especialmente na indústria de transformação. Se por um lado esse aumento de produtividade é importante para elevar a competitividade da indústria nacional, por outro ele gera efeitos perversos sobre o nível de emprego, diminuindo-o;

3º) A crescente “terceirização” de atividades complementares na indústria vem transferindo postos de trabalho formais para o setor de serviços formal e para o informal. Destaque-se a presença de pequenas e médias empresas de assalariamento sem vínculos empregatícios e de trabalho por conta própria.

Entre 1989 e 1997, o emprego no setor formal como um todo declinou 8,4%, enquanto o emprego na indústria de transformação decresceu 19,5%, conforme o gráfico 2.4.

Gráfico 2.4 – Índice de Evolução do Emprego: Total das Atividades e da Indústria de Transformação

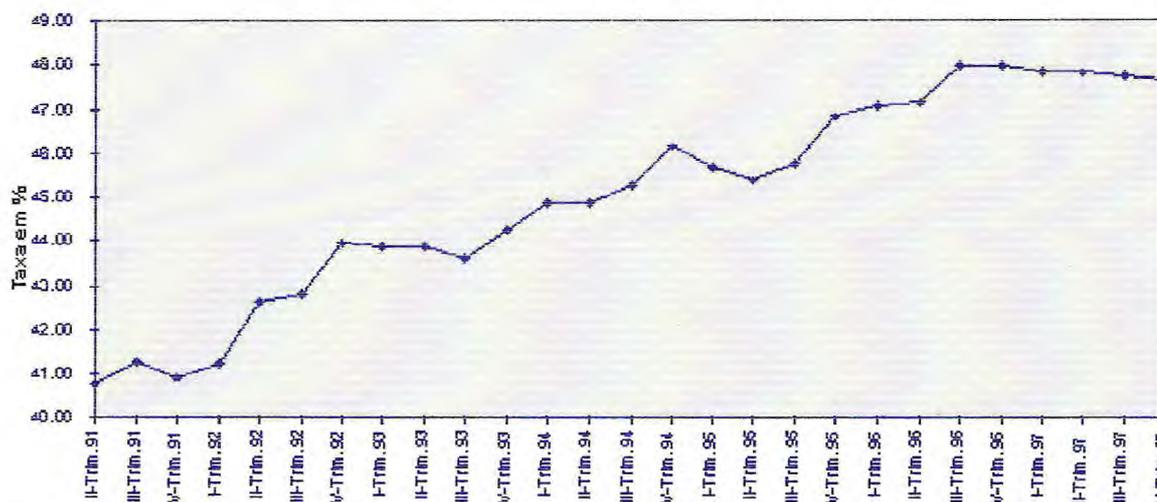
Base: Dez/84 = 100



Fonte: Ministério do Trabalho (1998), a partir de dados do CAGED.

Uma parte dos empregados demitidos do setor formal de trabalho vem sendo absorvida pelo setor informal, determinando seu crescimento. Entre o segundo trimestre de 1991 e o quarto trimestre de 1997, a participação do emprego formal no total de empregos caiu de 53,8% para 46,9%, enquanto a participação do emprego informal no total da população ocupada cresceu de 40,8% para 47,7%, conforme gráfico 2.5. Esse crescimento do mercado informal tem sido estimulado pela generalização da “terceirização” que vem ocorrendo no mercado brasileiro.

Gráfico 2.5 – Evolução do Grau de Informalização* com Base na Média Móvel Trimestral das Seis Áreas Metropolitanas - 1991 (II) a 1997 (IV)



Fonte: Ministério do Trabalho (1998), a partir de dados da PME/IBGE.

* O grau de informalização é medido pela participação dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria no total dos ocupados.

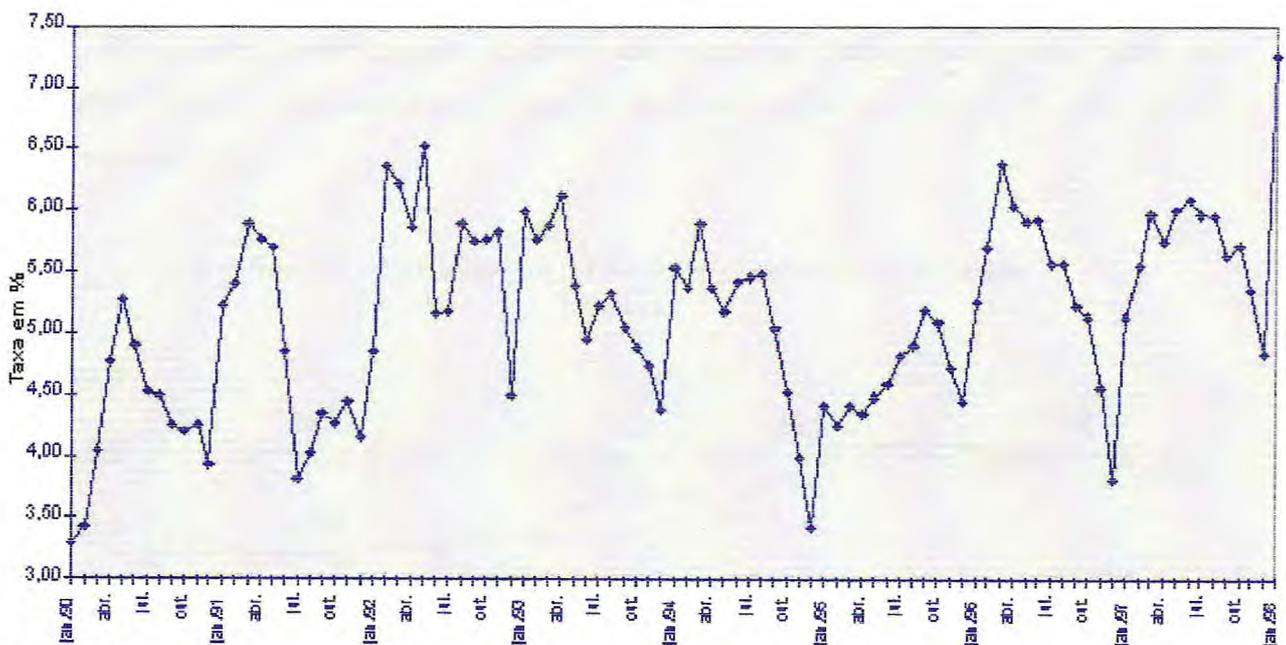
Se por um lado esse crescimento do mercado de trabalho informal é benéfico por absorver parte dos trabalhadores desempregados do setor formal, por outro ele implica em uma precarização das condições de trabalho. Além da inexistência de vínculos empregatícios, já que os trabalhadores não têm carteira assinada ou são autônomos, as relações de trabalho no mercado informal são marcadas por baixos níveis salariais, redução dos benefícios sociais, jornadas de trabalho mais extensas e menor qualificação do trabalhador.

Acrescente-se ao quadro já descrito do mercado de trabalho brasileiro a incapacidade da economia de gerar novos empregos que possam reduzir o impacto da eliminação de postos de trabalho e absorver novos trabalhadores. Essa incapacidade pode decorrer dos baixos níveis de crescimento da economia durante os anos 90, causados pelos baixos níveis de investimentos produtivos, tanto públicos como privados.

Como consequência da abertura econômica, realizada sem o acompanhamento de estratégias de estímulo à produção nacional e de política de desenvolvimento, e dos ajustes macroeconômicos, adotados para preservar a estratégia de estabilização, tem-se um crescimento acelerado da taxa de desemprego aberto¹⁰ da economia.

Com a recessão de 1990/92 taxa de desemprego atingiu patamares de 6,5%, iniciando uma recuperação em 1993, quando atingiu 4,5%. Entretanto, a partir de 1995, o desemprego inicia um crescimento acelerado, chegando a 5,66% em 1997 e aproximando-se atualmente do patamar de 6%. (Gráfico 2.6).

Gráfico 2.6 – Evolução da Taxa de Desemprego Aberto
Média das Seis Áreas Metropolitanas
Jan/90 – Jan/98



Fonte: Ministério do Trabalho (1998), a partir de dados da PME/IBGE.

Dessa forma, a eliminação de postos de trabalho, a redução da ocupação no setor industrial, o crescimento do mercado informal de trabalho, com a consequente precarização das condições de trabalho, e a elevação das taxas de desemprego têm agravado ainda mais as condições do mercado de trabalho brasileiro.

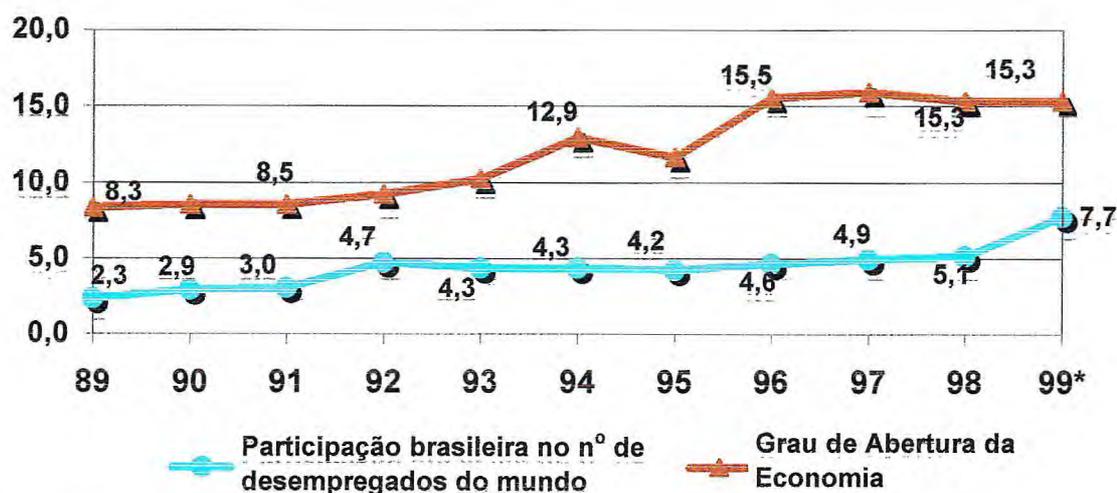
¹⁰ A taxa de desemprego aberto corresponde à proporção da População Economicamente Ativa (PEA) que está ativamente buscando trabalho.

A participação do Brasil no desemprego mundial também tem piorado, passando do 11º lugar, em número de desempregados, em 1989, para o 4º lugar em 1998, perdendo apenas para Índia, Indonésia e Rússia.

Entretanto, enquanto o Brasil, e muitos outros países pobres, têm aumentado sua participação no total dos desempregados do mundo, os países ricos, dentre eles EUA, Inglaterra e França, têm reduzido suas participações no desemprego mundial. Tal fato decorre do caráter desigual do processo de globalização da economia mundial. Ao intensificarem uma abertura econômica, os países mais pobres vêm beneficiando os países desenvolvidos que têm obtido maiores vantagens no comércio mundial por já estarem preparados para a competição internacional desde o início do processo.

Dessa forma, a participação do Brasil no desemprego mundial cresceu de 2,9% em 1990 para 5,1% em 1998, enquanto seu grau de abertura econômica cerca de 9% para 15,3% no mesmo período.

Gráfico 2.7 – Participação do Brasil no Desemprego Mundial (em %)



Fonte: Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, p. 6, 21/2/99.

* Espectativa para o ano de 1999.

A fim de enfrentar esse quadro de desemprego, desigualdade e precarização do mercado de trabalho, se faz necessário que seja estabelecida uma política de desenvolvimento da economia brasileira que priorize a produção e o emprego.

2.12 Notas Conclusivas

O Brasil se inseriu recentemente no processo de globalização econômica, mas já vem sentindo seus fortes impactos. O processo de abertura e desregulamentação da economia brasileira, iniciado em 1990, tem se intensificado sobremaneira a partir de 1994. A conjunção da política neoliberal, que tem determinado a descontrolada abertura comercial da economia brasileira, adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, com os ajustes macroeconômicos determinados pela implantação do plano Real, tem imposto elevado custo ao país.

O excessivo custo para a inserção da economia brasileira no mundo globalizado tem sido pago, dentre outras mazelas impostas, através de elevados níveis de desemprego, desnacionalização e concentração da indústria brasileira, elevado déficit público, substituição da produção nacional por importados, etc.

A situação da economia brasileira tem sido ainda mais fragilizada pelo simultâneo processo de globalização financeira que vem ocorrendo desde o início da década de 90, o qual será discutido no capítulo seguinte.

Capítulo 3 – O Brasil no Contexto da Globalização Financeira e das Recentes Crises Capitalistas

3.1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo principal demonstrar os efeitos da globalização dos mercados financeiros e das conseqüentes crises capitalistas recentes sobre a economia brasileira.

Neste sentido, será primeiramente abordada a formação dos mercados financeiros de dimensões mundiais, com a abertura e a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais ocorridas a partir da década de 80 e intensificada na década atual.

Em seguida, será analisado o processo de globalização financeira do Brasil, iniciado nos anos 90. Merecem destaque na análise a rápida inserção do Brasil no mercado financeiro mundial e a sua significativa participação nos fluxos de investimentos financeiros internacionais.

Logo após, serão analisadas as recentes crises financeiras que têm abalado as economias capitalistas em todo o mundo, bem como a situação e as perspectivas da economia brasileira diante das mesmas. Por fim, serão feitas algumas notas conclusivas.

3.2 A Globalização dos Mercados Financeiros Mundiais

“Sob o ângulo da integração dos mercados nacionais dentro de mercados mundiais, que dominam os primeiros, quando não os substituem completamente, em parte alguma o processo de mundialização é mais acentuado do que na esfera financeira. Em certos segmentos do mercado financeiro, há quase completa integração dos mercados domésticos, que há apenas dez ou doze anos ainda estavam fechados para fora (tendo o início da abertura variado de um país a outro).”¹

De fato, não há esfera da economia onde a globalização seja mais acentuada do que na esfera financeira. Isso vem sendo comprovado pelos gigantescos volumes de capitais que se

¹ CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*, 1996, p. 241.

movem pelo mercados financeiros de todo o mundo, 24 horas por dia, com extrema mobilidade e velocidade, sem nenhum obstáculo ao seu único objetivo de gerar lucros máximos. Após a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros, em praticamente todos os países, os fluxos de capitais nessa esfera têm crescido extraordinariamente, superando o volume de capitais na esfera produtiva, onde se originam esses fluxos. Os capitais movimentados nos mercados financeiros e os lucros provenientes desses movimentos são gerados na esfera da produção, “onde são criados o valor e os rendimentos fundamentais (salários e lucros).” A esfera financeira não cria valor, apenas “representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do círculo fechado do sistema financeiro, outro perde”. (CHESNAIS, 1996, p. 241)

A globalização financeira, entendida como a quebra das barreiras existentes ao movimento de valorização dos capitais entre os diversos mercados financeiros do mundo e a desregulamentação desses mercados, vem atender à ânsia dos grandes capitais em obter enormes lucros de maneira fácil, rápida, irrestrita e ilimitada.

Mas a globalização financeira mundial é ainda um processo muito recente em relação à globalização de produtos e da produção. Ela teve início em 1979/80 através de medidas, decididas conjuntamente pelos governos americano e britânico, que liberalizaram os sistemas financeiros nacionais, ou seja, acabaram com o controle sobre os movimentos de entrada e saída dos capitais em relação ao exterior. Esse novo sistema de finanças liberalizado passa a ser controlado pelas novas organizações financeiras, os fundos de pensão e os fundos mútuos, enormes formas de concentração e centralização de capitais, e não mais pelos bancos. (CHESNAIS, 1996)

As medidas de liberalização dos mercados financeiros e o surgimento dos mercados de obrigações permitiram que governos financiassem seus déficits orçamentários com a emissão de títulos da dívida pública e que os grandes fundos de pensão e fundos mútuos de investimento movimentassem seus capitais livremente e enriquecessem detendo títulos públicos de curto prazo.

Uma consequência muito importante da desregulamentação dos mercados financeiros é a crescente perda do controle da economia por parte dos Estados nacionais e das instituições reguladoras, nacionais e internacionais, em favor dos grandes capitais financeiros.

A desregulamentação dos mercados financeiros permitiu que os capitais criassem “novos produtos” (contratos de fixação de taxas de juros, *swaps*, contratos de opções de futuros, etc.), a fim de diminuir as incertezas em relação às taxas de juros e de câmbio e passar mais facilmente de uma moeda para outra, em outras palavras dar maior flexibilidade aos capitais.

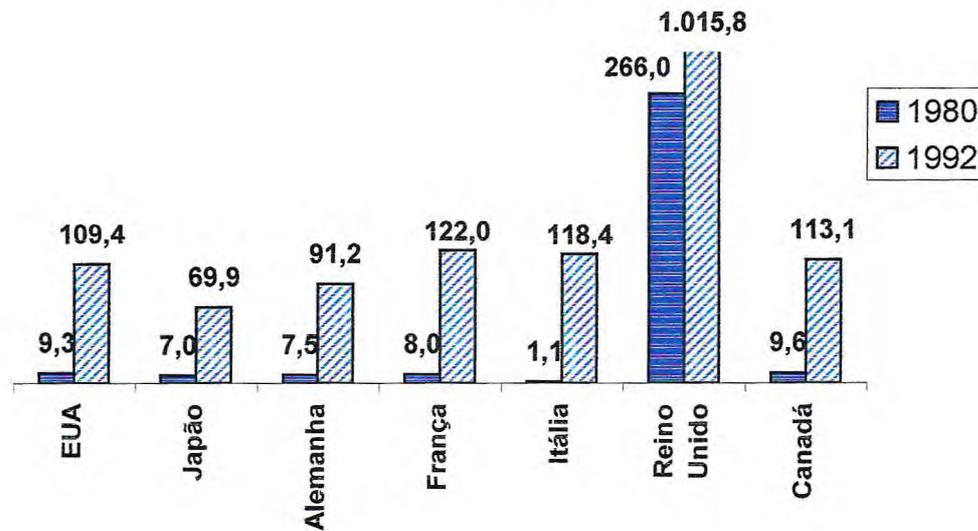
Segundo Chesnais (1996), além da desregulamentação ou liberalização, outros dois elementos constituem o estabelecimento da “mundialização”² financeira: a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais. “A desintermediação é o processo pelo qual os usuários de serviços financeiros satisfazem suas necessidades por fora das instituições e das redes tradicionais,”³ ou seja, o mercado financeiro saiu das mãos dos bancos para ser operado na compra e venda de títulos, proporcionando, assim, maiores lucros para os capitais financeiros.

A abertura dos mercados financeiros nacionais de diversos países ao exterior, permitiu que os capitais tivessem maior mobilidade, podendo mover-se entre diversos mercados (de câmbio, de crédito, bolsa de valores, etc.) dos mais diversos países, na sua ânsia de lucros financeiros cada vez maiores. Isso foi possibilitado pelo uso, cada vez mais generalizado, de inovações nas áreas de informática e telecomunicações no sentido de dar maior rapidez e segurança, com menores custos, aos fluxos de informações e de capitais entre os mais diversos pontos do planeta. A globalização financeira permitiu, dessa forma, um rápido e extraordinário crescimento dos fluxos internacionais de capitais financeiros, conforme demonstrado no gráfico 3.1.

² Termo utilizado pelos economistas franceses em referência ao processo de globalização financeira.

³ BERTRAND, O. e NOYELLE, T., apud CHESNAIS, 1996, p. 262.

Gráfico 3.1 – Transações Internacionais em Títulos
% do PIB



Fonte: Folha de São Paulo, Caderno Especial - Globalização, 2/11/97, a partir de dados do FMI.

Os chamados mercados financeiros “emergentes” só começaram a adotar os elementos para a globalização financeira a partir do início da década de 1990. Eles compreendem mercados financeiros realmente novos, como alguns países asiáticos, e mercados financeiros que se encontravam fechados às relações internacionais desde o fim da crise de 1929 e da 2^a Guerra Mundial, como a Argentina. O processo de globalização dos mercados financeiros desses países foi, em geral, acompanhado de perto pelos “EUA, FMI e seus aliados e representantes locais”, sendo adotadas medidas como a abertura dos mercados bolsistas, a securitização (transformação em títulos) da dívida pública e a criação de mercados domésticos de obrigações, interligados aos mercados dos países do sistema financeiro internacional. (CHESNAIS, 1996)

3.3 O Processo de Globalização Financeira no Brasil

Assim como nos demais “mercados emergentes”, no Brasil o processo de globalização financeira avançou significativamente ao longo dos anos 90, com a abertura econômica. Merece destaque no processo a liberalização do mercado cambial, que culminou com o fim

dos limites para a compra de moeda estrangeira, e a desregulamentação do mercado financeiro, ainda em curso.

Essas modificações efetuadas com o objetivo de atrair capitais financeiros ao país foram coroadas com enorme êxito. Gigantescos fluxos de capitais especulativos têm entrado maciçamente no país desde 1994, conforme tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Fluxos de Investimentos Externos em Portfólio

em US\$ milhões

Ano/Mês	Ingresso	Retorno	Líquido
1994	21.600	16.521	5.079
1995	22.559	17.806	4.753
1996	24.684	18.566	6.118
1997	37.190	30.775	6.415
Jan/98	2.283	1.571	712
Fev/98	3.111	1.510	1.601
Mar/98	3.125	1.724	1.401
Abr/98	2.498	2.003	495
Mai/98	2.678	2.174	504
Jun/98	2.082	2.345	-263
Jul/98	3.251	1.993	1.258
Ago/98	1.795	3.338	-1.543
Set/98	1.283	2.971	-1.688
Out/98	1.283	1.331	-48
Nov/98	1.902	1.508	394
Dez/98	1.094	2.101	-1.007
1998	26.385	24.569	1.816

Fonte: Revista Andima, Jan/99.

Os capitais especulativos de todo o mundo encontraram no Brasil lugar ideal para realizarem seus desejos de enormes lucros financeiros, visto que o país tem mantido elevadíssimas taxas de juros em relação às taxas praticadas internacionalmente, assim, esses

capitais vêm atuando de forma intensa nas bolsas de valores brasileiras e nos mercados de títulos públicos e privados, incentivados pela própria política econômica em vigor.

Se por um lado esses capitais dinamizam o setor financeiro nacional, por outro eles impõem elevados ônus ao país. As captações externas feitas a elevadas taxas de juros ampliam a dívida interna e elevam os pagamentos com serviços da dívida, penalizando o saldo da balança de transações correntes do país. Esses capitais têm enorme mobilidade e são extremamente voláteis, podendo, ao menor sinal de perigo, retirar-se rapidamente do país. Assim sendo, devido à grande dependência da estabilidade econômica do país em relação a esses capitais, o custo de mantê-los no país tem se elevado significativamente quando se inicia um movimento de saída, visto que o governo tem adotado sucessivas medidas de elevação dos juros em situações desse tipo. As medidas macroeconômicas, como a elevação das taxas de juros, levadas a cabo para atrair os capitais financeiros internacionais, causam grandes custos à sociedade como um todo em termos de nível de atividade produtiva, níveis de emprego, concentração de renda, etc. Dessa forma, percebe-se que os movimentos do capital financeiro, obedecem apenas à lógica do máximo lucro, quaisquer que sejam os custos sociais incorridos para sua obtenção.

A crescente abertura e desregulamentação do mercado financeiro brasileiro expõe a economia do país a situações de constante ameaça de crise. Isso ocorre não apenas com a economia brasileira, mas também com as economias de todos os países que possuem mercados financeiros globalizados. Tal fato decorre da estreita interligação existente entre os mercados financeiros desregulamentados de quase todos os países do mundo, que acaba propagando a crise existente em um país para os demais, causando um “efeito dominó”. Os efeitos das recentes crises, ocorridas nos mercados financeiros mundiais sobre a economia brasileira serão analisados nos itens seguintes, com destaque para a crise asiática ocorrida em julho de 1997.

Também merece destaque, no processo de globalização financeira do Brasil, a reestruturação do sistema financeiro doméstico estimulado pelo forte ingresso de instituições financeiras estrangeiras no mercado doméstico, apesar da vedação constitucional ainda em vigor. Segundo o artigo 52 da Constituição Federal de 1988, no capítulo das Disposições Constitucionais Transitórias, é vedada a instalação, no país, de novas agências de instituições

financeiras domiciliadas no exterior, bem como o aumento do percentual de participação, no capital de instituições financeiras com sede no país, de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior. Entretanto, essa vedação constitucional não se aplica às autorizações resultantes de acordos internacionais, de reciprocidade ou de interesse do governo brasileiro. (Andima - Retrospectiva 1997)

Assim, apesar dos entraves legais existentes, os ingressos de investimentos diretos estrangeiros no setor financeiro vêm sendo assegurados por decretos do Poder Executivo que os reconhecem como interesse do governo. Percebe-se, então, que os próprios Estados participam, e são gestores, do processo de transferência de sua autonomia para os grandes capitais, através de desregulamentação do mercado financeiro.

Destaque-se o decreto presidencial de 9 de dezembro de 1996, que reconhece como interesse do governo brasileiro a aquisição, por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, de ações sem direito a voto de instituições financeiras com sede no país, de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores, e o lançamento no exterior, de programas de certificados de depósitos lastreados nessas ações.

O principal fator de atração de investimentos estrangeiros diretos para o setor financeiro brasileiro resulta das elevadas margens de lucro historicamente praticadas no mesmo. Assim, os capitais externos têm se instalado no Brasil através de processos de incorporações, fusões e aquisições de instituições financeiras domésticas.

A aquisição de instituições em dificuldades pelos capitais internacionais tem sido facilitada pelos baixos custos e pelo financiamento concedido pelo governo através do Proer⁴. Ressalte-se também o estímulo dado pelo governo para a privatização dos bancos públicos estaduais, através de financiamentos do Proes⁵, abrindo espaço para a entrada de investimentos estrangeiros nesse segmento.

⁴ Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

⁵ Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.

O processo de reestruturação do sistema financeiro nacional também vem sendo marcado pelos fortes movimentos de liquidações, incorporações, fusões e aquisições das instituições nacionais decorrentes do acirramento da competição com as instituições estrangeiras e da estabilização econômica, que ao reduzir aos níveis de inflação também reduziu os ganhos inflacionários dessas instituições.

Constata-se, assim, que a entrada de instituições financeiras no mercado doméstico vem sendo, na verdade, estimulada pelo próprio governo brasileiro, estabelecendo uma tendência à desnacionalização do sistema financeiro nacional.

3.4 A Crise Asiática e seus Impactos sobre a Economia Brasileira

A crise financeira que abalou o sudeste asiático a partir de julho de 1997 espalhou-se rapidamente por todo o mundo, inclusive para os grandes centros financeiros das economias capitalistas centrais, EUA e Europa, mas atingiu mais profundamente os chamados “países emergentes”, dentre eles o Brasil. Para entender melhor a crise e seus efeitos, analisaremos, primeiramente, as suas causas.

O modelo de crescimento, baseado em exportações, adotado pelos *new industrial countries* (NIC's) asiáticos (Coréia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura), proporcionava-lhes elevadas taxas de crescimento econômico. As instituições financeiras desses países beneficiavam-se do sucesso do modelo exportador para conseguir créditos no mercado de capitais internacionais a juros atrativos, através de garantias concedidas pelos governos locais. O cenário propício à expansão do crédito e as altas taxas de crescimento econômico desses países atraíam grandes fluxos de capitais externos. Todo esse processo levou à sobrevalorização dos ativos, tanto financeiros, como reais, gerando uma espécie de círculo vicioso, no qual os empréstimos eram concedidos contra garantias sobrevalorizadas e os investimentos especulativos inflacionavam os preços dos ativos reais. Esse processo também elevou o déficit externo, na maioria de curto prazo, dos países asiáticos. (Andima – Retrospectiva 1997)

A situação foi ainda mais agravada com o início do esgotamento do modelo exportador, causado pela recente valorização do dólar americano frente ao iene (moeda japonesa), fazendo com que os NIC's asiáticos, que na maioria mantinham uma paridade fixa com o dólar americano, perdessem competitividade para o Japão. Esses países também perderam competitividade para os produtos chineses, dada a desvalorização da moeda chinesa frente ao dólar.

Teve início, então, uma crescente deterioração das contas externas dos países do sudeste asiático. A tão divulgada solidez das economias desses países passou a ser amplamente questionada. Sua crescente fragilização, devida à gravidade de seus problemas estruturais, deixou-as muito expostas aos movimentos dos capitais especulativos, que acabariam por deflagrar a crise em julho de 1997.

A crise teve início, na Tailândia, onde o governo local tentou controlar o crescimento acelerado do déficit em conta corrente com a flutuação do câmbio. Mas essa estratégia resultou na desvalorização de 90% da moeda local (bath). As bolsas caíram 29% e os capitais especulativos iniciaram um movimento de saída imediata, que implicou em perdas significativas das reservas cambiais do país.

No segundo país que foi atingido pela crise, as Filipinas, o recente processo de reestruturação e a proximidade das eleições presidenciais facilitaram o “contágio”. A moeda local (peso filipino) sofreu desvalorização de 49,8% e as bolsas de valores caíram 33%.

A crise continuou sua rota de devastação econômica passando, em seguida, pela Malásia e depois pela Indonésia, espalhando-se, então, pelos vários países emergentes da Ásia. Em todos esses países houve perda de reservas, decorrente da saída maciça de capitais especulativos, desvalorização da moeda local, elevação das taxas de juros e queda das bolsas de valores.

A crise atingiu Hong Kong, o segundo maior mercado acionário da região e um dos mais importantes centros bancários do mundo, em outubro de 1997, através de um ataque especulativo contra sua moeda que mantinha paridade fixa com o dólar americano há 14 anos. Para evitar a saída de capitais externos, as taxas de juros foram elevadas em 200%,

determinando uma queda de 10,4% na bolsa de valores do país em um único dia. As bolsas de valores de todo o mundo acompanharam esse movimento de queda, inclusive a bolsa de Nova Iorque e a bolsa de São Paulo (BOVESPA).

Os sistemas financeiros nos países do sudeste da Ásia foram bastante afetados, muitas instituições fecharam e outras ficaram sob supervisão. Os estragos da crise, que não se limitaram apenas ao setor financeiro, fizeram com que muitos países asiáticos recorressem a financiamentos do FMI, iniciando um processo de reestruturação, implementando reformas estruturais e submetendo-se a programas de estabilização.

A rápida expansão da crise, iniciada na Tailândia, para vários países do sudeste asiático e depois para o resto do mundo deveu-se à interligação entre os vários mercados financeiros, proporcionada pela globalização financeira e pelos avanços tecnológicos nas áreas de telecomunicações e informática, que possibilitaram a transferência de capitais e de informações de forma *on-line*.

Os especuladores também contribuíram para que a crise se espalhasse rapidamente. Eles, ao perceberem a fragilidade estrutural por que passavam os países da Ásia, realizaram ataques especulativos contra as moedas desses países, apostando em sua desvalorização e divulgando essa suposta tendência para outros operadores em vários mercados. Sendo os capitais especulativos muito voláteis e extremamente flexíveis, podendo se deslocar instantaneamente de um ativo para outro e/ou de um mercado para outro, ao menor sinal de perturbação que possa ameaçar seus lucros eles iniciam movimentos de saída que, em geral, são acompanhados por volumes enormes de capitais. Essa estratégia especulativa tem sido usada nas duas crises financeiras posteriores à da Ásia, conforme veremos no próximo item.

A crise asiática também teve reflexos na economia brasileira. Para deter o ataque especulativo contra o Real, ocorrido no final de outubro de 1997, o governo brasileiro adotou uma política monetária ainda mais restritiva, anulando os esforços que vinham sendo realizados, desde abril de 1997, no intuito de reduzir gradualmente as taxas de juros da economia, o que realmente aconteceu com a redução do piso dos juros, TBC (Taxa Básica do Banco Central), de 1,90% a.m. em julho de 1996 para 1,58% a.m. em setembro de 1997. No início da crise, em outubro de 1997, as taxas de juros sofreram uma elevação extraordinária,

quando o governo fixou a TBC e a TBAN em 3,05% e 3,23% a.m., respectivamente. Essa medida, além de representar a tentativa de evitar a saída dos capitais especulativos, objetivou também dar continuidade à política cambial baseada na sobrevalorização da taxa de câmbio.

Novamente a política de estabilização foi priorizada em detrimento do crescimento econômico e dos níveis de emprego. Com a elevação das taxas de juros, o ritmo de crescimento da economia, que já não era dos melhores, sofreu uma nova desaceleração. A expectativa, anterior à crise, de um crescimento do PIB da ordem de 4,0% em 1998 transformou-se em um crescimento efetivo de 0,15%, de acordo com o IBGE. Esse foi o menor crescimento do PIB brasileiro desde 1992. Os níveis de emprego também foram, por consequência da quase inexistência de crescimento econômico, muito penalizados.

O déficit nominal (incluindo as despesas com juros) do setor público divulgado pelo Banco Central atingiu 8,7 bilhões de reais no mês de junho de 1998, contra 5,7 bilhões de reais em maio do mesmo ano. No acumulado até junho o déficit foi de 7,27% do Produto Interno Bruto. Até maio, o resultado era de 6,46% do PIB.

Apesar de todos os esforços para evitar a saída dos capitais externos, através da elevação dos juros, que penalizou a economia brasileira como um todo, as reservas internacionais do país sofreram uma perda de US\$ 8.309 milhões, no mês em que a crise estourou no Brasil, representando uma queda de 13,59% em relação ao mês anterior. As reservas cambiais só voltaram a se recuperar conforme a credibilidade no país, por parte dos investidores estrangeiros, também foi se recuperando. Em março de 1998, elas atingiram níveis superiores aos de setembro de 1997.

3.5 Perspectivas para a Economia Brasileira

A crise asiática, ocorrida em julho de 1997, revelou a fragilidade das economias capitalistas, em todo o mundo, diante da instabilidade dos mercados financeiros, os quais podem, a qualquer momento, gerar crises financeiras que se propagam de um país para outro de forma extremamente rápida e incontrolável. Essa fragilidade decorre, principalmente, de dois fatores:

- 1) Da globalização financeira, que ao interligar mercados financeiros em todo o mundo de forma *on-line*, permite que os capitais financeiros tenham maior mobilidade, podendo responder, em questão de segundos, às boas ou más notícias. Desta forma, milhões de dólares podem “desaparecer” do mercado financeiro de determinado país e instantaneamente “reaparecer” em outro. Os movimentos desses capitais são determinados apenas pelos seus desejos de lucros elevados, rápidos e fáceis e não pelas conseqüências que seus movimentos causam sobre a economia do país em que se encontram;
- 2) A desregulamentação dos mercados financeiros determinam uma significativa perda de autonomia por parte dos Estados Nacionais, e dos organismos internacionais, a qual é transferida para os capitais financeiros. Assim, diante de crises como a asiática, os Estados pouco podem fazer para defender a economia de seu país diante dos efeitos desastrosos que se espalham rapidamente.

A referida fragilidade econômica dos países capitalistas é ainda mais destacada nos países “emergentes”, devido não apenas aos riscos impostos pela globalização financeira, mas também, e principalmente, devido aos seus problemas estruturais.

A economia brasileira é ainda mais vulnerável a choques externos em virtude, principalmente, de três aspectos:

- 1) Elevadas necessidades de financiamento externo, que têm sido supridas principalmente por capitais especulativos de curtíssimo prazo;
- 2) Pouca credibilidade, por parte de investidores externos, no conjunto de políticas do país em função da longa demora na implantação das reformas fiscal e estrutural; e
- 3) Ausência de políticas industriais e de desenvolvimento. A estratégia empregada tem se baseado em uma política monetária restritiva para manter a inflação sobre controle e defender o regime cambial, desprezando a questão do crescimento econômico.

Diante do quadro de crescente instabilidade e fragilidade dos mercados financeiros internacionais uma nova crise financeira se abateu sobre as economias capitalistas em agosto

de 1998. A crise originou-se na Rússia e se espalhou rapidamente para o resto do mundo, assim como a crise asiática.

Também em semelhança com a crise asiática, a crise Russa, apesar de ter se externado no mercado financeiro através de grandes quedas na bolsa de valores do país, desvalorização da moeda local e crise de liquidez do sistema bancário, teve como causas básicas problemas estruturais da economia russa, dentre eles sua difícil adaptação à economia de mercado.

Novamente os principais países atingidos foram os emergentes. No Brasil a economia ainda estava se recuperando da crise asiática quando foi atingida pela nova crise. A elevação das taxas de juros, para evitar fuga dos capitais especulativos, foi mais uma vez adotada pelo governo brasileiro. A “estratégia” brasileira para sair da crise contemplou, além da elevação das taxas de juros, um pacote de ajustes fiscais com medidas para aumentar a arrecadação tributária e reduzir os gastos públicos, sendo realizada a primeira parte das medidas.

O governo brasileiro continuou fazendo uso da política de câmbio sobrevalorizado e juros elevados, não implementando reformas estruturais, o que debilitou ainda mais a economia brasileira diante da especulação financeira internacional.

Em janeiro de 1999, a moeda brasileira sofreu fortes ataques especulativos. O Banco Central optou, inicialmente, por manter a política cambial de mini-bandas de flutuação. Entretanto as fortes pressões especulativas sobre o Real acabaram por determinar elevadas saídas de capitais, o que em última instância, levou o Banco Central a permitir a livre variação da taxa de câmbio em função do mercado (compra e venda).

Apesar da crise cambial brasileira ser muito recente e ainda estar em curso na economia brasileira, alguns de seus impactos já estão sendo previstos, como a queda do PIB de aproximadamente 3% no ano de 1999, segundo previsões do IPEA.

3.6 Notas Conclusivas

O processo de globalização financeira tem evoluído rapidamente, desde seu início nos anos 80, no sentido de efetivar a abertura e a desregulamentação dos mercados financeiros nacionais, a fim de eliminar quaisquer limites à movimentação e à valorização dos capitais financeiros.

A interligação dos mercados financeiros de todo o mundo permite que os capitais tenham auto grau de mobilidade e flexibilidade, podendo se mover livremente de um ativo para outro ou de um mercado financeiro para outro. Essa característica dos capitais especulativos internacionais tem gerado consecutivas crises nos mercados financeiros mundiais, as quais se espalham destrutivamente pelos outros países.

Essas crises têm sacrificado demasiadamente os países em desenvolvimento, tendo apresentado em todos eles características muito semelhantes (ataque especulativo, perda de reservas internacionais, queda das bolsas de valores e desvalorização da moeda local), especialmente em relação aos problemas estruturais enfrentados por esses países. Dentre os países emergentes já atingidos pelas recentes crises financeiras, encontra-se o Brasil, que tem sofrido diretamente os impactos das crises sobre deterioração de seus indicadores econômicos. Diante de sua já fragilizada situação econômica, o Brasil assume a posição de “bola da vez” no cenário das crises internacionais.

Conclusão

O processo de abertura e desregulamentação da economia brasileira, iniciada no fim dos anos 80 e intensificada a partir de 1994 com o governo Fernando Henrique Cardoso, faz parte das medidas neoliberais impostas pelos organismos internacionais aos países capitalistas mais pobres, a fim de que esses se enquadrem à nova “ordem mundial”.

Esse processo de globalização da economia brasileira vem sendo extremamente beneficiado, e até intensificado, pela política de estabilização econômica implantada a partir de 1994, a qual baseia-se primordialmente, nas elevadíssimas taxas de juros praticadas no mercado interno e na taxa de câmbio sobrevalorizada.

A conjunção da desregrada abertura econômica ocorrida no Brasil com a atual política econômica adotada tem determinado uma significativa piora dos indicadores econômicos brasileiros, dentre os quais destacamos:

- a) aumento das importações e redução das exportações brasileiras, implicando em sucessivos saldos comerciais negativos desde 1993 e na substituição da produção interna por importados;
- b) crescimento dos déficits na balança de transações correntes, determinado pelo assustador crescimento dos déficits da balança de serviços, e elevada dependência do capital externo para seu financiamento;
- c) deterioração das contas públicas, devida aos elevados juros pagos aos capitais financeiros internacionais, e da capacidade de investimento do governo;
- d) baixos níveis de investimentos produtivos têm determinado baixos níveis de crescimento econômico;
- e) desnacionalização das empresas brasileiras através do estímulo aos processos de fusão, aquisição, incorporação e privatização liderados pelo capital estrangeiro; e

f) elevados níveis de desemprego e de precarização das relações de trabalho.

A deterioração dos indicadores econômicos brasileiros demonstra um processo de globalização econômica realizado sem nenhum preparo da economia nacional e cujos principais ganhadores têm sido os grandes capitais oligopolistas nacionais e internacionais, em detrimento da grande massa de trabalhadores, pequenas e médias empresas nacionais e do próprio governo, que vem sendo o “facilitador” de todo o processo.

A situação da economia brasileira tem sido ainda mais fragilizada pelo simultâneo processo de globalização financeira que vem ocorrendo desde o início da década de 90. Esse processo consiste na abertura e na desregulamentação do mercado financeiro nacional em favor dos gigantescos capitais financeiros internacionais. A economia já fragilizada pela abertura comercial não planejada, torna-se ainda mais vulnerável com a intensificação da abertura financeira, estando diretamente exposta à onda de ataques especulativos, em virtude de não possuir barreiras, ou instrumentos de controle, ao instável capital financeiro internacional, especialmente o especulativo, e pela crescente perda de autonomia do Estado brasileiro frente a essa situação de perigo constante. Dessa forma, o Brasil tem sido penalizado com as sucessivas crises financeiras ocorridas a nível internacional. Primeiro a crise asiática em outubro de 1997, depois a crise da Rússia, ocorrida em agosto de 1998, menos de um ano após à crise da Ásia. Mais recentemente, em janeiro de 1999, o Brasil se tornou concretamente o alvo dos especuladores, sendo atingido em cheio pela desvalorização de sua moeda e pelo colapso de seu regime cambial. A atual crise brasileira é ainda muito recente, mas já deixa marcas na economia, acabando com o único ganho concreto proporcionado pelo plano Real, a estabilização econômica.

Diante do cenário de crises internacionais, percebe-se que o problema não está propriamente na economia brasileira, mas no modelo neoliberal, implantado inicialmente nas economias capitalistas centrais e depois difundido para as periféricas, que parece demonstrar sinais de seu esgotamento.

Bibliografia

- BRAVERMAN**, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRUM**, Argemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, 14^a ed.. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 262-276.
- CANO**, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional*, 3^a ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, FAPESP, 1994, p. 49-58.
- _____. *Industrialização, Crise, Ajuste e Reestruturação*. In: COMIN, Álvaro A. (Org.). *O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.
- CHESNAIS**, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, p. 239-321.
- LACERDA**, Antônio Corrêa de. *Os Paradoxos da Política Econômica do Real*. In: SAWAYA, R. (Org.). *O Plano Real e a Política Econômica*. São Paulo: Educ, 1996.
- _____. *O Impacto da Globalização na Economia Brasileira*, 2^a ed. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- LEITE**, Márcia de Paula. *Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão de Mão-de-Obra*. In: COMIN, Álvaro A. (Org.). *O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século*. São Paulo: Editora Scritta, 1994.
- MARX**, Karl. *O Capital*. Livro Primeiro. Vol. II. 11^a Ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 727-730.
- MATTOSO**, Jorge. *A (Des)Ordem do Trabalho*. São Paulo: Editora Scritta, 1995, p. 17-68.

SANTOS, Theotonio dos. *Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável*, 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 17-41.

SINGER, Paul. *Um Histórico da Globalização*. In: I Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: PUC, 1997.

Ministério do Trabalho - Assessoria Especial do Ministro, *Emprego no Brasil: Diagnóstico e Políticas*. Brasília: 1998.

Periódicos Consultados

Andima - Retrospectiva 1997.

EXAME, Quem Disse que o Estado é Mínimo? São Paulo, nº 10, Edição 661, p. 26-27, mai/1998.

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, p. 3, 5/2/99.

Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, p. 6, 21/2/99.

Folha de São Paulo, Caderno Especial - Globalização, 2/11/97.

Revista Andima, Jan/99.

Rumos, nº 149, Jun/98, p.23.